DIÁRIO OFICIAL

DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, terça-feira, 12 de março de 1985 — ANO IX — Nº 48

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO Nº 8.500, DE 11 DE MARÇO DE 1985

Define o Uso, Gabarito e Normas de Edificação para os lotes dos Setores M e N da Ceilândia, na Região Administrativa de Taguatinga, RA-III.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o constante do Processo nº 00030.008.604/84,

DECRETA:

Art. 1º — Ficam definidos o Uso, Gabarito e Normas de Edificação para os lotes dos Setores M e N da Ceilândia, consubstanciados na Prancha NGB — 16/85, na Região Administrativa de Taguatinga RA-III, abaixo discriminados, nos termos da delegação de competência conferida ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, através da Decisão nº 33/83-CAU:

Setor M —
CNM 1 — lote J
QNM 15 — lote E
QNM 16 — lote E

Setor N —
CNN 1 — lote J
QNN 15 — lote E
QNN 16 — lote E

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de março de 1985
97º da República e 25º de Brasília

JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO

JOSÉ CARLOS MELLO

DECRETO Nº 8.501, DE 12 DE MARÇO DE 1985

Declara de Utilidade Pública o "CENTRO ESPÍRITA BATUIRA", com sede à QNA - 13, Lote 34, Taguatinga — Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do Processo nº 101.003044/84,

DECRETA:

Art. 1º — É declarado de Utilidade Pública o "CENTRO ESPÍRITA BATUIRA", com sede à QNA - 13, Lote 34, Taguatinga — Distrito Federal, nos termos do Decreto nº 7.896, de 28 de fevereiro de 1984.

Art. 2º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 12 de março de 1985
97º da República e 25º de Brasília.

JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA

DECRETO Nº 8.502, DE 12 DE MARÇO DE 1985

Altera a lotação da categoria funcional de Médico, do Grupo Outras Atividades de Nivel Superior, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º — Fica alterada, na forma do Anexo, a lotação da categoria funcional de Médico, Código LT-NS-701, do Grupo Outras Atividades de Nível Superior, aprovada pelo Decreto nº 2.996, de 1º de setembro de 1975.

Art. 2º — São criados setenta e sete (77) empregos permanentes para composição da categoria funcional de Médico, Código LT-NS-701, do Grupo Outras Atividades de Nível Superior, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal.

Art. 3º — A despesa decorrente da aplicação deste Decreto correrá à conta das dotações orçamentárias do Distrito Federal.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1985
97º da República e 25º de Brasília

JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO

CESAR RÔMULO SILVEIRA NETO
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
CELSO ALBANO COSTA

(Decreto nº 8.502, de 12 de março de 1985)

ANEXO

LOTAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO POR CLASSES

TABELA DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL

GRUPO / CATEGORIA FUNCIONAL	SITUAÇÃO ANTERIOR					SITUAÇÃO NOVA				
	CLASSES				TOTAL	CLASSES				TOTAL
	A	B	C	S		A	B	C	S	
OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR LT-NS-700										
Médico	23	15	10	05	53	100	15	10	05	130

SUMÁRIO

PÁGINA

ATOS DO GOVERNADOR 1
GABINETE MILITAR 5
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 6
SECRETARIA DE FINANÇAS 7
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 8
SECRETARIA DE SAÚDE 8
SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS 10
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS 11
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS 12
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 13
TRIBUNAL DE CONTAS 15
EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES 15

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 3° andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas, sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

— Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

— As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de janeiro de cada ano.

Os suplementos às edições serão vendidos, separadamente, na Seção de Distribuição, no andar térreo do Anexo do Buriti.

— Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal Editado pela Divisão de Divulgação da SEA.

EXPEDIENTE

DIRETOR
ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 3° andar
Composição e impressão nas oficinas do "Jornal de Brasília"

TELEFONES:

REDAÇÃO: Direto: 225-7803
PABX - 225-6830 - Ramal 312

OFICINAS - Direto - 226-4357
PABX - 225-2515 Ramal 171

ASSINATURAS
REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual ..... Cr$ 40.000
Semestral ..... Cr$ 20.000

FUNCIONARIOS

Anual ..... Cr$ 20.000
Semestral ..... Cr$ 10.000

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido da taxa respectiva

MATERIA PAGA

Página inteira ..... Cr$ 397.824
Por centímetro de coluna ..... Cr$ 6.216

NUMERO AVULSO

O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DECRETO Nº 8.503, DE 12 DE MARÇO DE 1985

Dispõe sobre a transposição de cargo para a categoria funcional de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, do Grupo Magistério do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto nos artigos 8º e 9º da Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, e ainda o que consta do Processo nº 030.001.538/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica transposto para a categoria funcional de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, do Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, o cargo de Professor de Ensino Médio, nível 19, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ocupado por MARIA STELLA DUQUE DUTRA, matrícula nº 4.226, habilitada no processo seletivo de que trata o artigo 5º do Decreto nº 4.859, de 15 de outubro de 1979.

Art. 2º — Os efeitos financeiros deste Decreto vigorarão a partir de 1º de novembro de 1974, correndo a despesa respectiva à conta dos recursos orçamentários próprios do Distrito Federal.

Art. 3º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1985
97º da República e 25º de Brasília.

JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

EURIDES BRITO DA SLVA

DECRETO Nº 8.504, DE 12 DE MARÇO DE 1985

Estabelece os critérios e bases para concessão da Gratificação de Incentivo à Atividade Agronômica e os correspondentes percentuais.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do Decreto-lei nº 2.255, de 04 de março de 1985,

DECRETA:

Art. 1º — A Gratificação de Incentivo à Atividade Agronômica a que fazem jus os servidores integrantes da categoria funcional de Engenheiro Agrônomo, instituída pelo Decreto-lei nº 2.255, de 04 de março de 1985, em relação ao pessoal em atividade, corresponderá aos percentuais de 40% (quarenta por cento) a 80% (oitenta por cento) do valor da maior referência da categoria funcional de Engenheiro Agrônomo, variando em razão da referência ocupada pelo beneficiário, de acordo com o Anexo deste Decreto.

Art. 2º — Aos servidores investidos, na Administração Direta ou Autárquica da União ou do Distrito Federal, em cargos em comissão ou funções de confiança do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, de funções de nível superior do Grupo Direção e Assistência Intermediárias ou, ainda, em Função de Assessoramento Superior (FAS), será atribuído o percentual máximo.

Parágrafo único — Na hipótese de que trata este artigo, exigir-se-á direta correlação entre as atribuições do cargo em comissão e das funções nele mencionadas e as do cargo efetivo ou emprego permanente de que o servidor seja titular.

Art. 3º — O Engenheiro Agrônomo aposentado anteriormente à vigência do Decreto-lei nº 2.255, de 04 de março de 1985, fará jus à incorporação aos seus proventos da Gratificação de Incentivo à Atividade Agronômica no percentual de 40% (quarenta por cento), incidente sobre o valor do vencimento da maior referência da categoria funcional, de acordo com o disposto no artigo 6º do mesmo diploma legal.

Art. 4º — Os efeitos financeiros deste Decreto vigorarão a partir de 05 de março de 1985.

Art. 5º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1985
97º da República e 25º de Brasília.

JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

A N E X O

(Artigo 1º do Decreto nº 8.504 , de 12 de março de 1985)

GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À ATIVIDADE AGRONÔMICA

DISTRIBUIÇÃO DOS PERCENTUAIS

REFERÊNCIA OCUPADA	PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA MAIOR REFERÊNCIA DA CATEGORIA FUNCIONAL (NS-25)
05 e 06	40%
07 e 08	45%
09 e 10	50%
11 e 12	55%
13 e 14	60%
15 e 16	65%
17 a 19	70%
20 a 22	75%
23 a 25	80%

DECRETO Nº 8.505, DE 12 DE MARÇO DE 1985

Estabelece os critérios e bases para concessão da Gratificação de Incentivo à Atividade Médico-Veterinária e os correspondentes percentuais.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do Decreto-lei nº 2.256, de 04 de março de 1985,

DECRETA:

Art. 1º — A Gratificação de Incentivo à Atividade Médico-Veterinária, instituída pelo Decreto-lei nº 2.256, de 04 de março de 1985, em relação ao pessoal em atividade, corresponderá aos percentuais de 40% (quarenta por cento) a 80% (oitenta por cento) do valor da maior referência da categoria funcional de Médico Veterinário, variando em razão da referência ocupada pelo beneficiário, de acordo com o Anexo deste Decreto.

Art. 2º — Aos servidores investidos, na Administração Direta ou Autárquica da União ou do Distrito Federal, em cargos em comissão ou funções de confiança do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, de funções de nível superior do Grupo Direção e Assistência Intermediárias, ou, ainda, em Função de Assessoramento Superior (FAS), será atribuído o percentual máximo.

Parágrafo único — Na hipótese de que trata este artigo exigir-se-á direta correlação entre as atribuições do cargo em comissão e das funções nele mencionadas e as do cargo efetivo ou emprego permanente de que o servidor seja titular.

Art. 3º — O Médico Veterinário aposentado anteriormente à vigência do Decreto-lei nº 2.256, de 04 de março de 1985, fará jus à incorporação aos seus proventos da Gratificação de Incentivo à Atividade Médico-Veterinária no percentual de 40% (quarenta por cento), incidente sobre o valor do vencimento da maior referência da categoria funcional, de acordo com o disposto no artigo 8º do mesmo diploma legal.

Art. 4º — Os efeitos financeiros deste Decreto vigorarão a partir de 05 de março de 1985.

Art. 5º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1985
97º da República e 25º de Brasília.

JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

A N E X O

(Artigo 1º do Decreto nº 8.505 , de 12 de março de 1985)

GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À ATIVIDADE DE MÉDICO-VETERINÁRIA

DISTRIBUIÇÃO DOS PERCENTUAIS

REFERÊNCIA OCUPADA	PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA MAIOR REFERÊNCIA DA CATEGORIA FUNCIONAL (NS-25)
05 e 06	40%
07 e 08	45%
09 e 10	50%
11 e 12	55%
13 e 14	60%
15 e 16	65%
17 a 19	70%
20 a 22	75%
23 a 25	80%

DECRETO N.o 8.506 **DE** 12 **DE** março **DE** 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277 de 10 de dezembro de 1.984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 030.002039/85,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Administração o crédito suplementar no valor de Cr$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

1401.03070252.087 - Conservação de Prédios e Próprios do Poder Público

00 - 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos..... 400.000.000

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III,da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial em igual valor da dotação orçamentária que se segue:

3900.99999999.999 - Reserva de Contingência

00 - 9.0.0.0 - Reserva de Contingência..... 400.000.000

Art. 3º - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 2º trimestre, de conformidade com os artigos anteriores.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1985.
97º da República e 25º de Brasília.

JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

CELSO ALBANO COSTA

DECRETO N.o 8.507 **DE** 12 **DE** março **DE** 1985.

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 44.000.000 (quarenta e quatro milhões de cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277 de 10 de dezembro de 1.984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 030.002042/85,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Administração o crédito suplementar no valor de Cr$ 44.000.000 (quarenta e quatro milhões de cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

1401.03070212.029 - Encargos com a Manutenção de Transportes Internos

00 - 4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente..... 44.000.000

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial em igual valor da dotação que se segue:

3900.99999999.999 - Reserva de Contingência

00 - 9.0.0.0 - Reserva de Contingência..... 44.000.000

Art. 3º - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 1º trimestre, de conformidade com os artigos anteriores.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1985.
97º da República e 25º de Brasília.

JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

CELSO ALBANO COSTA

DECRETO N.o 8.508 **DE** 12 **DE** março **DE** 1985.

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 11.000.000 (onze milhões de cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277 de 10 de dezembro de 1.984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 030.002040/85.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Educação e Cultura o crédito suplementar no valor de Cr$ 11.000.000 (onze milhões de cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

1601.08070212.036 - Coordenação das Atividades de Planejamento e Avaliação dos Sistemas Educacional e Cultural

00 - 4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.. 11.000.000

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III,da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial em igual valor da dotação orçamentária que se segue:

3900.99999999.999 - Reserva de Contingência

00 - 9.0.0.0 - Reserva de Contingência..... 11.000.000

Art. 3º - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 2º trimestre, de conformidade com os artigos anteriores.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1985.
97º da República e 25º de Brasília.

JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO
ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL
CELSO ALBANO COSTA

DECRETO N.o 8.509 DE 12 DE março DE 1985.

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277 de 10 de dezembro de 1.984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 030.002041/85,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Educação e Cultura o crédito suplementar no valor de Cr$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

1601.08070212.036 - Coordenação das Atividades de Planejamento e Avaliação dos Sistemas Educacional e Cultural

00 - 3.1.2.0 - Material de Consumo..... 10.000.000
00 - 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos..... 70.000.000

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III,da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial em igual valor da dotação orçamentária que se segue:

3900.99999999.999 - Reserva de Contingência

00 - 9.0.0.0 - Reserva de Contingência..... 80.000.000

Art. 3º - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, de conformidade com os artigos anteriores e na forma do quadro anexo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1985.
97º da República e 25º de Brasília.

JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO
ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL
CELSO ALBANO COSTA

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE CR$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	67.731.740.500	95.004.740.500	53.850.800.500	15.663.724.500	232.251.006.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.200.000.000	1.200.000.000	400.000.000	- 0 -	2.800.000.000
	- Outras Despesas Correntes	90.000.000	165.000.000	165.000.000	137.567.000	557.567.000
1.602	ENTIDADES SUPERVISIONADAS					
	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FEDF					
	- Pessoal e Encargos Sociais	61.000.000.000	88.000.000.000	45.500.000.000	5.000.000.000	199.500.000.000
	- Outras Despesas Correntes	2.533.140.500	2.533.140.500	3.533.140.500	5.533.140.500	14.132.562.000
	- Despesas de Capital	976.600.000	766.600.000	1.766.600.000	3.766.600.000	7.276.400.000
	FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.207.000.000	1.520.000.000	1.520.000.000	1.142.842.000	5.389.842.000
	- Outras Despesas Correntes	710.000.000	790.000.000	956.060.000	83.575.000	2.539.635.000
	- Despesas de Capital	15.000.000	30.000.000	10.000.000	- 0 -	55.000.000
3.900	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	283.917.270	2.297.590.870	1.266.126.135	14.393.409.130	18.241.043.405

DECRETO N.o 8.510 DE 12 DE março DE 1985.

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 2.050.400.000 (dois bilhões, cinquenta milhões e quatrocentos mil cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277 de 10 de dezembro de 1.984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 030.001869/85,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Serviços Sociais - Entidades Supervisionadas o crédito suplementar no valor de Cr$ 2.050.400.000 (dois bilhões, cinquenta milhões e quatrocentos mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

1802.14804772.917 - Programa de Promoção do Trabalho

51 - 3.2.1.1-01 - Pessoal e Encargos Sociais..... 1.889.632.000
51 - 3.2.1.1-02 - Outras Despesas Correntes 147.768.000
51 - 4.3.1.1-02 - Auxílios para Inversões Financeiras..... 13.000.000

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II,da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação proveniente da receita do Convênio SINE/MTb 27.23/85 firmado com o Ministério do Trabalho, conforme publicação no DOU de 26/02/85.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa vigentes,na forma do quadro anexo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1985.
97º da República e 25º de Brasília.

JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

CELSO ALBANO COSTA

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE CR$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.800	SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS	6.851.735.595	8.856.513.000	9.130.637.000	1.771.896.000	26.610.781.595
	- Pessoal e Encargos Sociais	357.000.000	360.000.000	676.566.000	- 0 -	1.393.566.000
	- Outras Despesas Correntes	112.000.000	87.000.000	33.047.000	34.179.000	266.226.000
	- Despesas de Capital	1.000.000	1.000.000	1.500.000	1.500.000	5.000.000
1.802	ENTIDADES SUPERVISIONADAS					
	FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - FSS/DF					
	- Pessoal e Encargos Sociais	4.478.583.595	6.174.013.000	6.087.428.000	- 0 -	16.740.024.595
	- Outras Despesas Correntes	1.803.512.000	2.188.715.000	2.327.959.000	1.736.217.000	8.056.403.000
	- Despesas de Capital	99.640.000	45.785.000	4.137.000	- 0 -	149.562.000

DECRETO N.o 8.511 DE 12 DE março DE 1985.

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 194.725.000 (cento e noventa e quatro milhões, setecentos e vinte cinco mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277 de 10 de dezembro de 1.984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 030.002043/85,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Serviços Públicos o crédito suplementar no valor de Cr$ 194.725.000 (cento e noventa e quatro milhões, setecentos e vinte cinco mil cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

2001.16915752.098 - Conservação dos Abrigos de Passageiros do Sistema de Sinalização de Vias Urbanas

00 - 3.1.2.0 - Material de Consumo 194.725.000

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial em igual valor da dotação orçamentária que se segue da própria Unidade:

2001.16915752.098 - Conservação dos Abrigos de Passageiros do Sistema de Sinalização de Vias Urbanas

00 - 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos..... 194.725.000

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1985.
97º da República e 25º de Brasília.

JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

CELSO ALBANO COSTA

DECRETO N.o 8.512 DE 12 DE março DE 1985

Dispõe sobre a autorização para a Secretaria de Saúde realizar, em caráter excepcional, concurso público para a categoria funcional de Médico.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

D E C R E T A:

Art. 1º - A Secretaria de Saúde fica autorizada a realizar, em caráter excepcional, concurso público para o provimento dos 97 (noventa e sete) empregos permanentes da categoria funcional de Médico, autorizado no Processo nº 030.000.477/85.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1985
97º da República e 25º de Brasília.

JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

TITO DE ANDRADE FIGUERÔA

Despacho

INTERESSADA: SÔNIA MARIA MELLO NEVES
ASSUNTO: Afastamento da servidora SÔNIA MARIA MELLO NEVES, Psicóloga, matrícula nº 1.174-6, no período de 19.04.85 a 30.04.86, para participar, nos Estados Unidos, de Curso de Especialização na Área de Desenvolvimento de Recursos Humanos, através do "Council Of International Programs", com interveniência da Fundação Centro de Formação do Servidor Público — FUNCEP.

AUTORIZO.

Brasília, 08 de março de 1985

JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO
Governador

GABINETE MILITAR

ATOS DO CHEFE

PORTARIA DE 12 DE MARÇO DE 1985

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07.12.76,

RESOLVE:

Mandar cessar o pagamento da Indenização de Representação, concedida ao soldado BM DORONALDO ALVES PEREIRA, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, na forma do artigo 1º inciso II, alínea b, do Decreto nº 5.850, de 17.03.81, pelo exercício de função militar que exercia no Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal.

Brasília, DF, 12 de março de 1985.

ANTONIO FERNANDO DE OLIVEIRA BRANDÃO — Cel PM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 21/85-SEA, DE 12 DE MARÇO DE 1985

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto "N" nº 457, de 22 de outubro de 1965, e tendo em vista o que consta do Processo nº 030.001.538/85,

RESOLVE:

1 — Fica incluída na relação nominal a que se refere a Portaria "E"-SEA nº 136, de 08 de fevereiro de 1966, a servidora MARIA STELLA DUQUE DUTRA, Professor de Ensino Médio, nível 19, matrícula nº 4.226, como integrante do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.

2 — Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1985.

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

ATOS DO CHEFE DO GABINETE

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE MARÇO DE 1985

O CHEFE DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi subdelegada pelo item 2, alínea "a", da Portaria nº 86/84-SEA, de 11 de outubro de 1984,

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, os servidores abaixo mencionados:

1 — Do emprego de Fiscal de Posturas, Código LT-NM-821.A, Referência NM-21, CARLOS RUBENS LOPES DO NASCIMENTO, matrícula nº 24.614-X, a contar de 05 de março de 1985.

2 — Do emprego de Fiscal de Posturas, Código LT-NM-821.A, Referência NM-21, ANDRÉ LUIZ PEREZ NUNES, matrícula nº 24.611.5, a contar de 05 de março de 1985.

3 — Do emprego de Agente de Telecomunicações e Eletricidade, Código LT-NM-812.D, Referência NM-25, PEDRO PAULO COSTA OLIVEIRA, matrícula nº 24.180-6, a contar de 01 de março de 1985.

SALVANDIR FERREIRA DE LIMA

INTERESSADO: HELOISA HELENA CARVALHO MERECHIA
ASSUNTO: Licença para trato de interesses particulares.

DECISÃO: No uso da subdelegação de competência que me foi conferida pelo item 2, alínea "b", da Portaria nº 86/SEA, de 11/10/84, concedo licença para trato de interesses particulares, pelo prazo de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, a partir de 04.03.85.

Em 07/03/85

SALVANDIR FERREIRA DE LIMA
Chefe do Gabinete da Secretaria de Administração

CONSELHO DE POLÍTICA DE PESSOAL

PROCESSO Nº: 072.000.018/85
INTERESSADO: EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL — EMATER/DF
ASSUNTO: ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE PARA SERVIDORES
RELATOR: VITAL DE MORAES ANDRADE

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte,

RESOLUÇÃO:

1. Reconhecer a excepcionalidade da matéria, e aprovar a concessão, em caráter provisório, de alimentação e transporte, a preços subsidiados, aos empregados lotados no Escritório Central;

2. Condicionar a concessão dos benefícios a posterior apresenção do Plano de Benefícios da Empresa, de acordo com as normas a serem aprovadas por este Conselho;

3. Encaminhar o presente processo à Secretaria do Governo para pronunciamento sobre a disponibilidade orçamentária; e

4. Submeter a presente Resolução à homologação do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 14 de fevereiro de 1985

Presidente: JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA. Conselheiros: CELSO ALBANO COSTA; JORGE DE MORAES JARDIM FILHO; RONALDO DE OLIVEIRA; ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO; WANDERVAL ALVES DA COSTA; WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA; VITAL DE MORAES ANDRADE

HOMOLOGO.
Brasília, 07 de março de 1985
JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO
Governador

PROCESSO Nº 101.002.031/84
INTERESSADO: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: HOMOLOGAÇÃO DE RESOLUÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL.
RELATOR: RONALDO DE OLIVEIRA

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte

RESOLUÇÃO:

1. Reconhecer a excepcionalidade da matéria, nos termos do artigo 2º do Decreto nº 6.623, de 26 de fevereiro de 1982, e aprovar a minuta de decreto que homologa a Resolução do Conselho Deliberativo da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal;

2. Condicionar a efetivação da medida nos termos do parecer da Coordenação do Sistema de Orçamento da Secretaria do Governo constante do processo, às fls. 162.

3. Submeter a presente Resolução à homologação do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 14 de fevereiro de 1985.

Presidente: JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA; Conselheiros: CELSO ALBANO COSTA, JORGE DE MORAES JARDIM FILHO, RONALDO DE OLIVEIRA, ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO, WANDERVAL ALVES DA COSTA, WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA, VITAL DE MORAES ANDRADE.

HOMOLOGO.

Brasília, 07 de março de 1985.

JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO
Governador

PROCESSO Nº 030.000.477/85
INTERESSADO: SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DA LOTAÇÃO DA CATEGORIA DE MÉDICO
RELATOR: WANDERVAL ALVES DA COSTA

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte

RESOLUÇÃO:

1. Reconhecer a excepcionalidade da matéria, nos termos do artigo 2º do Decreto nº 6.623, de 26 de fevereiro de 1982, e aprovar minuta de Decreto anexa que altera a lotação da categoria funcional de Médico, do grupo Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências;

2. Condicionar a efetivação da medida à audiência prévia da Secretaria do Governo sobre a disponibilidade orçamentária;

3. Submeter a presente Resolução à homologação do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 14 de fevereiro de 1985.

Presidente: JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA; Conselheiros: CELSO ALBANO COSTA, JORGE DE MORAES JARDIM FILHO, RONALDO DE OLIVEIRA, ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO, WANDERVAL ALVES DA COSTA, WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA, VITAL DE MORAES ANDRADE.

Em 11.03.85.

HOMOLOGO.

JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO

Governador

PROCESSO Nº: 075.000.039/85
INTERESSADO: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S.A.
ASSUNTO: CORREÇÃO DA CURVA SALARIAL
RELATOR: JORGE DE MORAES JARDIM FILHO

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte,

RESOLUÇÃO:

1. Reconhecer a excepcionalidade da matéria, nos termos do artigo 2º, do Decreto nº 6.623, de 26 de fevereiro de 1982, e autorizar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A., a proceder ao reajuste das curvas salariais, na forma proposta pela entidade;

2. Condicionar a efetivação da medida à audiência prévia da Secretaria do Governo sobre a disponibilidade orçamentária;

3. Submeter a presente Resolução à homologação do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 05 de março de 1985

Presidente: JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA. Conselheiros: CELSO ALBANO COSTA; JORGE DE MORAES JARDIM FILHO; RONALDO DE OLIVEIRA; ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO; WANDERVAL ALVES DA COSTA; WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA; VITAL DE MORAES ANDRADE.

HOMOLOGO

Brasília, 12 de março de 1985

JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO
Governador

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 059/85-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 29, inciso XII, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 7.824, de 22.12.83,

RESOLVE:

Dispensar, a partir de 01 de março de 1985 NAUHYLO SANCHES, matrícula nº 316.6-IDR, da Função de Confiança de Assessor da Superintendência, Código LT.DAS.102.2.

Brasília-DF, 07 de março de 1985

WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 060/85-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 29, inciso XII, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 7.824, de 22.12.83,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a partir de 05 de março de 1985, BERENICE DE SOUSA OTERO, matrícula nº 240-2, Chefe do Núcleo de Estudos Avaliativos da Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento Organizacional, Código LT-DAS-102.2.

Brasília-DF, 05 de março de 1985.

WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 061/85-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 29, inciso XII, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 7.824, de 22.12.83,

RESOLVE:

DESIGNAR BERENICE DE SOUSA OTERO, Agente de Turismo, matrícula 0670-X, do Departamento de Turismo do Distrito Federal, para exercer a função de Chefe do Núcleo de Estudos Avaliativos, Código LT-DAS-102.2, da Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento Organizacional do IDR, a partir de 06.03.85.

Brasília-DF, 08 de março de 1985

WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

COORDENAÇÃO DOS SISTEMAS DE APOIO

ATOS DO COORDENADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE MARÇO DE 1985

O COORDENADOR DOS SISTEMAS DE APOIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi subdelegada pelo item I, alínea "a", da Portaria nº 11/83-SEA, de 28 de março de 1983,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos dos artigos 176, item II, e 178, item I, letra "a", da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a redação dada pela Lei nº 6.481, de 05 de dezembro de 1977, combinados com o artigo 3º do Decreto-lei nº 2.224, de 09 de janeiro de 1985, observados os artigos 101, item III, parágrafo único, e 102, item I, alínea "a", da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Agente Administrativo, Código SA-401.C, Referência NM-25, a ITALA CONDE DUARTE, matrícula nº 5.072-5, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens da Referência NM-30, de acordo com o previsto no artigo 184, item I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, em consonância com a Lei nº 6.701, de 24 de outubro de 1979, observando-se o limite constitucional estabelecido no artigo 102, parágrafo 2º.

WANDERVAL ALVES DA COSTA

SECRETARIA DE FINANÇAS

COMISSÃO DE CAMPANHAS DE INCENTIVO À ARRECADAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 111/85-CCIA/SEF

Estabelece critérios para Sorteio Especial de Séries para o 24º Sorteio do Concurso Bolão Fiscal.

A COMISSÃO DE CAMPANHAS DE INCENTIVO À ARRECADAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 23 do Decreto nº 8.258, de 01 de novembro de 1984 e tendo em vista votação unânime ocorrida na 1.017ª (Milésima Décima Sétima) Reunião,

RESOLVE:

I — O Sorteio Especial de Séries para fins de atribuição de prêmios do 24º Sorteio do Concurso Bolão Fiscal será feito de acordo com os seguintes critérios:

1 — O Sorteio de Séries será feito pela ordem de prêmios, constantes do Aviso de Lançamento.

2 — Será repetido o Sorteio sempre que a mesma Série for sorteada para o mesmo tipo de prêmio.

3 — A esfera, correspondente a cada série, após sorteada, retornará para o globo, uma única vez, não sendo computado para esse fim o primeiro Sorteio realizado.

4 — Após o Sorteio de uma mesma Série, consecutiva ou alternadamente, por duas vezes, excluindo o primeiro sorteio, a esfera correspondente será mantida fora do globo.

5 — Com a exceção referida nos itens 3 e 4, cada Série será obrigatóriamente sorteada duas vezes, sendo a esfera colocada fora do globo após o segundo sorteio de mesma Série.

6 — As séries alfabéticas e numéricas serão sorteadas em conjunto, considerada, respectivamente, a mesma ordem de prêmios, respectivamente, constante do Aviso de Lançamento, de acordo com a seguinte correspondência:

Séries	01 = AB	05 = AF	09 = AJ
	02 = AC	06 = AG	10 = AL
	03 = AD	07 = AH	11 = AM
	04 = AE	08 = AI	12 = AN

II — O Sorteio Especial das Séries para atribuição dos prêmios relativos a Notas Fiscais e a Cupons de Máquinas Registradoras será feito no dia 17 de abril de 1985, no Auditório da Caixa Econômica Federal, no horário da extração da Loteria Federal.

III — Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Brasília-DF, 25 de fevereiro de 1985

Presidente: JOAQUIM REGINALDO DIAS DA MATA. Membros: ADONIAS DOS REIS SANTIAGO; WALDEMAR MACHADO NETTO; FRANCISCO FABIANO PORTELA; ANTÔNIO MENDES PATRIOTA.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 07 DE MARÇO DE 1985

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13 de maio de 1975, e tendo em vista o que consta do inciso II e parágrafos 1º e 2º do artigo 13 do Decreto nº 4.859, de 13 de outubro de 1979,

RESOLVE:

Conceder, a título de incentivo funcional, o regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais a MARIA STELLA DUQUE DUTRA, Professora de Ensino de 1º e 2º Graus, Código M-1.001, nível 3, matrícula nº 4226, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 07 de março de 1985.

Brasília, 07 de março de 1985

EURIDES BRITO DA SILVA

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE 01 DE MARÇO DE 1985

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, FERNANDO ADOLFO CARDOSO DE ANDRADE, Técnico em Assuntos Culturais, Código LT-AC-1333, Referência 34, matrícula nº 084, da TEP/FCDF, do Emprego em Comissão, Símbolo EC-01, de Chefe de Gabinete do Diretor Executivo da Fundação Cultural do Distrito Federal.

Distrito Federal, 01 de março de 1985.

EURIDES BRITO DA SILVA

INSTRUÇÃO DE 01 DE MARÇO DE 1985

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar FERNANDO ADOLFO CARDOSO DE ANDRADE, Técnico em Assuntos Culturais, Código LT-AC-1333, Referência 34, matrícula nº 084, da TEP/FCDF, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-01, de Chefe do Núcleo de Planejamento e Controle, da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do Distrito Federal, a partir de 01 de março de 1985.

Distrito Federal, 01 de março de 1985.

EURIDES BRITO DA SILVA

SECRETARIA DE SAÚDE

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 06 DE MARÇO DE 1985

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 4.903, de 13 de novembro de 1979,

RESOLVE:

CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, Inspetores de Saúde, Código LT-NS-727-A, Referência NS-05, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, a Indenização de Transporte a que se refere o Decreto acima mencionado, no valor de Cr$ 87.500 (oitenta e sete mil e quinhentos cruzeiros), a partir de 01 de março de 1985:

CÂNDIDO FIRMO DE GODOY	Mat. 25.433-9
MAURÍCIO FONSECA RODRIGUES	Mat. 25.434-7
MARIA DE JESUS CARVALHO DE ALENCAR	Mat. 25.436-3
MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA	Mat. 25.437-1
MÔNICA MULSER PARADA TOSCANO	Mat. 25.438-X
ANA ANGÉLICA ALMEIDA BARBOSA	Mat. 25.510-6

Brasília, 06 de março de 1985

TITO DE ANDRADE FIGUERÔA

PORTARIA DE 12 DE MARÇO DE 1985

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o que consta do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

EXONERAR, por ter sido nomeado para outro cargo, RENATO ANTONIO MAIA, Agente Administrativo, Código SA-401-S, Referência NM-32, matrícula 06.209-X, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do Cargo em Comissão de Chefe do Serviço de Instrução Processual, Código DAS-101.1, do Departamento de Fiscalização de Saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Brasília, 12 de março de 1985.

TITO DE ANDRADE FIGUERÔA

(Republicado por haver saído com incorreção do original, no "DODF" de 11.03.85, pág. 05)

PORTARIA DE 12 DE MARÇO DE 1985

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o que consta do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

NOMEAR RENATO ANTONIO MAIA, Agente Administrativo, Código SA-401.S, Referência NM-32, matrícula 06.209-X, do Quadro de Pessoal do Dis-

trito Federal, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor, Código DAS-102.2, do Departamento de Fiscalização de Saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Brasília, 12 de março de 1985.

TITO DE ANDRADE FIGUERÔA

(Republicado por haver saído com incorreção do original, no "DODF" de 11.03.85, pág. 05)

INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL-ISDF, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso IX, do Decreto nº 7.612, de 25 de julho de 1983,

RESOLVE:

Resdindir, nos termos do artigo 487, inciso II da CLT, o Contrato de Trabalho com a servidora MARIA APARECIDA ALVES DOS SANTOS, matrícula nº 324, Datilógrafo, Código LT-SA-402, Classe "A", Ref. 14 da TP/ISDF, a partir de 07 de fevereiro de 1985.

Brasília-DF, 07 de março de 1985

FRANCISCO LEONARDO DE ALMEIDA

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL — ISDF, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso IX, do Decreto nº 7.612 de 25 de julho de 1983,

RESOLVE:

Admitir, a partir de 05 de fevereiro de 1985, MARIA CRISTINA MIRON, matrícula nº 544, para exercer o Emprego Permanente de Farmacêutico, Código LT-NS-704, Classe "A", Referência 05, da TP/ISDF.

Brasília, DF, 07 de março de 1985.

FRANCISCO LEONARDO DE ALMEIDA

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, — ISDF, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso IX, do Decreto nº 7.612 de 25 de julho de 1983,

RESOLVE:

Admitir, a partir de 11 de fevereiro de 1985, ANA RUTE CARVALHO FONTINELI, matrícula nº 548, para exercer o Emprego Permanente de Auxiliar de Enfermagem, Código LT-NM-801, Classe "A", Referência 17, da TP-ISDF.

Brasília-DF, 07 de março de 1985.

FRANCISCO LEONARDO DE ALMEIDA

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL-ISDF, no uso das atribuições regimentais, e nos termos do disposto no artigo 3º, parágrafo único do Decreto nº 7.931, de 1984, combinado com o artigo 1º parágrafo único, "a", do Decreto nº 6.623, de 26 de fevereiro de 1982,

RESOLVE:

Admitir PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA, a partir de 12 de fevereiro de 1985, para exercer o emprego de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Código LT-NM-806, Classe "A", Ref. 01, da TP/ISDF.

Brasília-DF, 07 de março de 1985

FRANCISCO LEONARDO DE ALMEIDA

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL,-ISDF, no uso das atribuições regimentais, e nos termos do disposto no artigo 3º, parágrafo único do Decreto nº 7.931, de 21 de março de 1984, combinado com o artigo 1º parágrafo único, alínea "a", do Decreto nº 6.623, de 26 de fevereiro de 1982.

RESOLVE:

ADMITIR EDILSON LOPES DE MENDONÇA, a partir de 11 de fevereiro de 1985, para exercer o emprego de Motorista Oficial, Código LT-TP-601, Classe "A", Referência 07 da TP/ISDF.

Brasília-DF, 07 de março de 1985

FRANCISCO LEONARDO DE ALMEIDA

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL-ISDF, no uso das atribuições regimentais, e nos termos do disposto no artigo 3º, parágrafo único do Decreto nº 7.931, de 21 de março de 1984, combinado com o artigo 1º parágrafo único, alínea "a", do Decreto nº 6.623, de 26 de fevereiro de 1982,

RESOLVE:

Admitir JOSÉ DO ESPÍRITO SANTO FERREIRA, a partir de 20 de fevereiro de 1985, para exercer o emprego de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Código LT-NM-806, Classe "A", Ref. 01, da TP/ISDF.

Brasília-DF, 07 de março de 1985

FRANCISCO LEONARDO DE ALMEIDA

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL-ISDF, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso IX, do Decreto nº 7.612, de 25 de julho de 1983,

RESOLVE:

Admitir, a partir de 11 de fevereiro de 1985, OSVALDO FERREIRA DA SILVA, matrícula nº 549, para exercer o Emprego Permanente de Técnico de Laboratório, Código LT-NM-805, Classe "C", Ref. 25, da TP/ISDF.

Brasília-DF, 07 de março de 1985

FRANCISCO LEONARDO DE ALMEIDA

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL-ISDF, no uso das atribuições regimentais, e nos termos do disposto no artigo 3º, parágrafo único, do Decreto nº 7.931, de 21 de março de 1984, combinado com o artigo 1º parágrafo único, alínea "a", do Decreto nº 6.623, de 26 de fevereiro de 1982,

RESOLVE:

ADMITIR LOURENÇO LOPES BARBOSA, a partir de 04 de fevereiro de 1985, para exercer o emprego de Agente de Portaria, Código LT-TP-602, Classe "A", Referência 09, da TP/ISDF.

Brasília-DF, 07 de março de 1985

FRANCISCO LEONARDO DE ALMEIDA

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL-ISDF, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso IX, do Decreto nº 7.612, de 25 de julho de 1983,

RESOLVE:

ADMITIR, a partir de 04 de fevereiro de 1985, CLEBER NILTON DO CARMO PRIMO, matrícula nº 540 para exercer o emprego permanente de Técnico de Administração, Código LT-NS-715, Classe "A", Referência 05, da TP/ISDF.

Brasília-DF, 07 de março de 1985

FRANCISCO LEONARDO DE ALMEIDA

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL-ISDF, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso IX, do Decreto nº 7.612, de 25 de julho de 1983,

RESOLVE:

Admitir, a partir de 14 de fevereiro de 1985, OLIVIA FRANCISCO DA SILVA CORRÊA, matrícula nº 551, para exercer o Emprego Permanente de Datilógrafo, Código LT-SA-402, Classe "A", Ref. 09, da TP/ISDF.

Brasília-DF, 07 de março de 1985

FRANCISCO LEONARDO DE ALMEIDA

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL — ISDF, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso IX, do Decreto nº 7.612 de 25 de julho de 1983,

RESOLVE:

Admitir, a partir de 05 de fevereiro de 1985, EDI ALVES MEIRELES, matrícula nº 543, para exercer o Emprego Permanente de Técnico de Laboratório, Código LT-NM-805, Classe "C", Referência 25, da TP/ISDF.

Brasília-DF, 07 de março de 1985.

FRANCISCO LEONARDO DE ALMEIDA

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL-ISDF, no uso das atribuições regimentais, e nos termos do disposto no artigo 3º, parágrafo único do Decreto nº 7.931 de 21 de março de 1984, combinado com o artigo 1º parágrafo único, alínea "a", do Decreto nº 6.623, de 26 de fevereiro de 1982,

RESOLVE:

Admitir HÉRCULES BONIFÁCIO FERREIRA FILHO, a partir de 06 de fevereiro de 1985, para exercer o emprego de Auxiliar de Laboratório, Código LT-NM-805, Classe "A", Ref. 01, da TP/ISDF.

Brasília-DF, 07 de março de 1985

FRANCISCO LEONARDO DE ALMEIDA

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL-ISDF, no uso das atribuições regimentais e nos termos do disposto no artigo 3º, parágrafo único do Decreto nº 7.931, de 21 de março de 1984, combinado com o artigo 1º parágrafo único, alínea "a", do Decreto nº 6.623, de 26 de fevereiro de 1982,

RESOLVE:

Admitir MARIA PERPÉTUA NEVES, a partir de 11 de fevereiro de 1985, para exercer o emprego de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Código LT-NM-806, Classe "A", Ref. 01 da TP/ISDF.

Brasília-DF, 07 de março de 1985

FRANCISCO LEONARDO DE ALMEIDA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO Nº 04/85-FHDF, DE 06 DE MARÇO DE 1985

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.283, de 15 de junho de 1976;

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento do corpo funcional da FHDF;

Considerando a importância do acesso à informação técnico-científica como fator desse aperfeiçoamento;

Considerando a importância do estímulo à produção de trabalhos técnico-científicos no âmbito da Entidade;

Considerando os efeitos dos trabalhos técnico-científicos na melhoria dos serviços profissionais de saúde prestados à população,

RESOLVE:

1. Fica instituído o Sistema de Bibliotecas da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, integrado pelas seguintes Unidades:

a) Biblioteca Central — no Hospital de Base do Distrito Federal.

b) Bibliotecas Setoriais — nos Hospitais Regionais da Asa Sul — HRAS, Taguatinga-HRT, Ceilândia-HRC, Brazlândia, HRB, Gama-HRG, Asa Norte-HRAN, Sobradinho-HRS e Planaltina-HRP.

1.1. Integrarão também o Sistema, como Bibliotecas Setoriais, as atuais Bibliotecas do Hospital de Pronto Atendimento Psiquiátrico-HPAP, do Centro de Orientação Médico Psicopedagógica — COMPP e do Centro Interescolar de Saúde de Brasília — CISB.

2. As unidades central e setoriais do Sistema de que trata esta Instrução funcionarão nos seguintes horários:

a) Biblioteca Central: de 8:00 h às 23:00 h, de 2ª a 6ª feira, e de 8:00 h às 18:00 h, aos sábados;

b) Bibliotecas Setoriais do HRAS, HRT, HRG, e HRS: de 8:00 h às 18:00 h, de 2ª feira a sábado;

c) Bibliotecas Setoriais do HRAN, HRP, HRB, HRC e HPAP: de 8:00 h às 18:00 h, de 2ª a 6ª feira;

d) Bibliotecas Setoriais do COMPP e do CISB: de 8:00 h às 12:00 h e de 14:00 h às 18:00 h, de 2ª a 6ª feira.

3. As Bibliotecas Central e Setoriais oferecerão aos seus usuários os seguintes serviços: serviço de consulta, serviço de pesquisa bibliográfica interna e externa e serviço de reprografia.

3.1. Os serviços de consulta e os de pesquisa bibliográfica interna serão oferecidos gratuitamente.

3.2. Os serviços de pesquisa bibliográfica externa (BIREME, COMUT etc.) serão cobrados de acordo com os preços estabelecidos por essas instituições.

3.3. Os serviços de reprografia serão cobrados à razão de 0,07% do salário referência, por folha.

3.4. O pagamento dos serviços a que se referem os subitens 3.2 e 3.3 será feito na Tesouraria da Unidade a que pertencer a Biblioteca.

4. Enquanto não estiverem devidamente equipadas, as Bibliotecas Setoriais poderão socorrer-se dos serviços de reprografia e de pesquisa bibliográfica externa na Biblioteca Central, bem como do seu banco bibliográfico.

5. Fica terminantemente proibido o empréstimo, por parte da Biblioteca Central e das Bibliotecas Setoriais, de livros, revistas ou qualquer outro documento, devendo as consultas realizarem-se sempre nas instalações da própria Biblioteca.

6. Esta Instrução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 06 de março de 1985

TITO DE ANDRADE FIGUERÔA

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 01 DE MARÇO DE 1985

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, combinado com o disposto no artigo 2º, § 1º, do Decreto nº 6.650, de 12 de março de 1982, e no artigo 1º do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, MARIA AUXILIADORA C. C. COUTO, matrícula nº 25.099-6, da Função de Assessoramento Superior da Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal, a partir de 01 de março de 1985.

Brasília, 01 de março de 1985.

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA

PORTARIA DE 01 DE MARÇO DE 1985

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, combinado com o disposto no artigo 2º, § 1º, do Decreto nº 6.650, de 12 de março de 1982, e no artigo 1º, do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, ELNORA CARVALHO SANTOS, matrícula nº 25.116-X, da Função de Assessoramento Superior da Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal, a partir de 01 de março de 1985.

Brasília, 01 de março de 1985.

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA

PORTARIA DE 01 DE MARÇO DE 1985

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, combinado com o disposto no artigo 2º, § 1º, do Decreto nº 6.650, de 12 de março de 1982, e no artigo 1º, do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, MARIA DA PENHA DE OLIVEIRA, matrícula nº 25.362-6, da Função de Assessoramento Superior da Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal, a partir de 01 de março de 1985.

Brasília, 01 de março de 1985.

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA

PORTARIA DE 12 DE MARÇO DE 1985

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, combinado com o disposto no artigo 2º, § 1º, do Decreto nº 6.650, de 12 de março de 1982, e no artigo 1º do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Dispensar MAIRE LÚCIA SILVA FONTENELLE, matrícula nº 23.813-9, da Função de Assessoramento Superior desta Secretaria.

Brasília, 12 de março de 1985.

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA

PORTARIA DE 12 DE MARÇO DE 1985

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, alínea "a", do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item IV do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, GILBERTO ROSSI, Gerente de Projetos da GAS, matrícula 16.934-X, Código DAS-101.2, para substituir ELZA BORGES GOMES, Diretora da Divisão de Administração Geral/SSS, matrícula 21.450-7, Código LT-DAS-101.3, por motivo de licença para tratamento de saúde no período de 09.03 a 06.06.85.

Brasília, DF, 12 de março de 1985.

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA

ATOS DO CHEFE DO GABINETE

PROCESSO Nº: 040.0000.88/84
Nº DA REQUISIÇÃO: 024/84-SSS
INTERESSADO: HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
ASSUNTO: Concessão de Diárias

AUTORIZO a concessão de (03) três diárias, referente aos dias 20 a 22.08.84, à cidade do Rio de Janeiro, ao senhor HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA, Secretário de Serviços Sociais do Distrito Federal, para tratar de Assunto de interesse da Secretaria de Serviços Sociais junto ao BNH.

Publique-se:

PROCESSO Nº: 040.0000.88/84
Nº DA REQUISIÇÃO: 029/84-SSS
INTERESSADO: HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
ASSUNTO: Concessão de Diárias

AUTORIZO a concessão de (02) duas diárias, referente aos dias 25, a 26.11.84, à cidade de Porto Alegre-RS, ao Senhor HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA, Secretário de Serviços Sociais do Distrito Federal, para participar do 6º Curso Latino Americano de Planejamento Metropolitano "SOLUÇÕES PARA POLÍTICA HABITACIONAL DO DF PAPE", no período de 25 à 26.11.84, em Porto Alegre.

Publique-se

Brasília, 08 de março de 1985

BARTHOLOMEU PALMEIRA BRASIL
Chefe de Gabinete

DIVISAO DE ADMINISTRAÇAO GERAL

SEÇÃO DE PESSOAL
ATOS DO CHEFE

CONCESSÃO E CANCELAMENTO DE SALÁRIO FAMÍLIA

DESPACHO: Concede Salário Família
NOME: FRANCISCO DE ASSIS FREIRE DA COSTA
MATRÍCULA: 06.207-3
PELO DEPENDENTE: MARIA ELIZABETH FREIRE DA COSTA, filha, nascida em 24/04/63. A partir de janeiro de 85.

CANCELA SALÁRIO FAMÍLIA

DESPACHO: Cancela Salário Família
NOME: FRANCISCO DE ASSIS FREIRE DA COSTA
MATRÍCULA: 06.207-3
PELOS DEPENDENTES: MÁRIO ERNANY FREIRE DA COSTA e ÉLCIO FREIRE DA COSTA, filhos, motivo os mesmos terem rendimento próprio. A partir de fevereiro de 85.

Brasília, 11 de março de 1985

LUZIA AQUINO ANTUNES ELEOTÉRIO
Chefe da Seção de Pessoal/DAG/SSS

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA _SVO DE 08 DE MARÇO DE 1985

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

MANDAR CESSAR o pagamento da gratificação de Gabinete à NEUSA DAIA VARGAS BARRETO, matrícula nº 14.980-2, pelo Encargo de Auxiliar A, da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal.

Brasília, 08 de março de 1985

JOSÉ CARLOS MELLO

PORTARIA-SVO DE 08 DE MARÇO DE 1985

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

CONCEDER gratificação pela Representação de Gabinete à servidora AFRODITE TERZEKON DE ALMEIDA RODRIGUES DE SOUZA, ma-

rícula nº 21.769-7, Datilógrafo, Código LT-SA-402.B, Referência NM-15, pelo Encargo de Auxiliar A.

Brasília, 08 de março de 1985.

JOSÉ CARLOS MELLO

PORTARIA-SVO DE 08 DE MARÇO DE 1985

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

CONCEDER gratificação pela Representação de Gabinete à servidora DIONE DA CUNHA E SILVA PEREIRA, matrícula nº 03.835-0, Agente Administrativo, Código SA-401.C, Referência NM-27, pelo Encargo de Auxiliar A.

Brasília, 08 de março de 1985

JOSÉ CARLOS MELLO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência outorgada pelo Senhor Secretário através da Portaria nº 3,de 18 de fevereiro de 1983,

RESOLVE:

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980, NEUSA DAIA VARGAS BARRETO, Agente Administrativo, matrícula 14.980-2, Código SA-401.C, Referência NM-29, para exercer a função de Assistente, Código DAI-112.3, do Gabinete do Secretário.

Brasília, 08 de março de 1985

JOSÉ CAVALCANTE SANTANA

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 12 DE MARÇO DE 1985

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, com a redação dada pelo Decreto nº 8.100, de 01 de agosto de 1984,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, JOÃO BOSCO SILVA, matrícula nº 10.078-1, da Função de Confiança de Assessor, Código LT-DAS-102.2, do Departamento de Serviços Públicos-DSP, da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.

Brasília, 12 de março de 1985

JOSÉ HORÁCIO COSTA ABOUDIB

PORTARIA DE 12 DE MARÇO DE 1985

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DISPENSAR ENOK DE ANDRADE BARROS, Agente de Serviços Públicos, matrícula 10.697-6, Código NM-819-S, Referência NM-32, da função de Assistente, Código DAI-112.3, da Divisão de Administração Geral-DAG, da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal-SSP.

Brasília, 12 de março de 1985.

JOSÉ HORÁCIO COSTA ABOUDIB

PORTARIA DE 12 DE MARÇO DE 1985

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, com a redação dada pelo Decreto nº 8.100, de 01 de agosto de 1984,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, JOÃO BATISTA DE MORAES, Agente Administrativo, Código SA-401.C, Referência NM-29, matrícula nº 01.615-2, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do Cargo em Comissão de Secretário Executivo, Código DAS-102.1, do Gabinete do Secretário de Serviços Públicos do Distrito Federal, a contar de 01.03.85.

Brasília, 12 de março de 1985

JOSÉ HORÁCIO COSTA ABOUDIB

PORTARIA DE 12 DE MARÇO DE 1985

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, combinadas com o disposto no artito 2º, § 1º, do Decreto nº 6.650, de 12 de março de 1982, e artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, com a redação dada pelo Decreto nº 8.100, de 01 de agosto de 1984,

RESOLVE:

DESIGNAR ENOK DE ANDRADE BARROS, Agente de Serviços Públicos, Código NM-819.S, Referência NM-32, matrícula nº 10.697-6, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer Função de Assessoramento Superior da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, mediante a retribuição mensal de Cr$ 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil cruzeiros).

Brasília, 12 de março de 1985.

JOSÉ HORÁCIO COSTA ABOUDIB

ATOS DO CHEFE DO GABINETE

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE MARÇO DE 1985

O CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe é atribuída pela Portaria nº 018/83-SSP, de 03 de novembro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item VII do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, MANUEL GOMES DE AZEVEDO, Agente

Administrativo, matrícula 02.804-5, Código SA-401-S, Classe "S", Referência NM-32, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir ANTONIO TORREÃO BRAZ FILHO, Diretor da Divisão de Concessões e Permissões, do Departamento de Concessões e Permissões da Secretaria de Serviços Públicos, matrícula 25.373-1, Código LT-DAS-101.2, por motivo de afastamento da sede em objeto de serviço no período de 06 a 08 de março de 1985.

Brasília-DF, 06 de março de 1985.

JAYME DE ALBUQUERQUE ROSA

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE MARÇO DE 1985

O CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe é atribuida pela Portaria nº 018/83-SSP, de 03 de novembro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item VII do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, MANOEL MAURILHO DA SILVA, Agente de Serviços Públicos, matrícula 02.813-4, Código DAI-112.3, Classe "S", Referência NM-32, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir ADELINO RODRIGUES DE OLIVEIRA, matrícula 02.319-1, Código DAS-101.2, Diretor da Divisão de Fiscalização de Concessões e Permissões do Departamento de Concessões e Permissões da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, por motivo de afastamento da sede em objeto de serviço, no período de 06. à 08.03.85.

Brasília-DF, 06 de março de 1985

JAYME DE ALBUQUERQUE ROSA

CONCESSÃO DE TÍTULOS DE PERPETUIDADE

a) QUADRA....: 201; JAZIGO 297; SETOR "A"; CEMITÉRIO C.DA ESPERANÇA-DF
OCUPANTE..: ELZA PEDREIRA BATALHA
REQUERENTE: ALMIRO DA COSTA BATALHA

b) QUADRA....: 501; JAZIGO 290; SETOR "C"; CEMITÉRIO 3a. CIRCUNSCRIÇÃO TAGUATINGA-DF
OCUPANTE..: MARIA AUXILIADORA SOARES
REQUERENTE: OSVALDO MARTINS VIANA

c) QUADRA....: 802; JAZIGO 035; SETOR "C"; CEMITÉRIO C.DA ESPERANÇA-DF
OCUPANTE..: MAURO ALVARENGA
REQUERENTE: MARIA MATIOLI ALVARENGA

d) QUADRA....: 618; JAZIGO 89; SETOR "A"; CEMITÉRIO C.DA ESPERANÇA-DF
OCUPANTE..: MARIA TANESE
REQUERENTE: ANTONIO CARUSO

e) QUADRA....: 318; JAZIGO 293; SETOR "A"; CEMITÉRIO C.DA ESPERANÇA-DF
OCUPANTE..: HERCULES AIRES BELMIRO DAS NEVES
REQUERENTE: MARIA APARECIDA ARAUJO DE MOURA DAS NEVES

f) QUADRA....: 07; JAZIGO 544; SETOR "A"; CEMITÉRIO 5a. CIRCUNSCRIÇÃO SOBRADINHO-DF
OCUPANTE..: EDGAR GUEDES DA SILVA
REQUERENTE: CLARICE CASTRO DE CARVALHO SILVA

g) QUADRA....: 517; JAZIGO 201; SETOR "A"; CEMITÉRIO C.DA ESPERANÇA-DF
OCUPANTE..: LEÃO DE SOUZA ROCHA
REQUERENTE: EFIGÊNIA GOMES ROCHA

h) QUADRA....: 30; JAZIGO 109; SETOR - CEMITÉRIO 6a. CIRCUNSCRIÇÃO PLANALTINA-DF
OCUPANTE..: MARINALVA FRANCISCA DE SOUZA
REQUERENTE: JOAQUIM FRANCISCO DE SOUZA

i) QUADRA....: 802; JAZIGO 51; SETOR "C"; CEMITÉRIO C.DA ESPERANÇA-DF
OCUPANTE..: EDUVIRGEM CIRQUEIRA COSTA
REQUERENTE: LUIZ CIRQUEIRA DA SILVA

j) QUADRA....: 110; JAZIGO 09; SETOR "A"; CEMITÉRIO C.DA ESPERANÇA-DF
OCUPANTE..: MARIA ROSA RIBEIRO VIANA
REQUERENTE: VINOLIA VIANA SANTIAGO

k) QUADRA....: 411; JAZIGO 78; SETOR "A"; CEMITÉRIO C.DA ESPERANÇA-DF
OCUPANTE..: LELIA PINTO FERRAZ
REQUERENTE: CLAUDIA MARIA ALMEIDA XAVIER DE MENDONÇA

Brasília, 10 de Março de 1.985

JAYME DE ALBUQUERQUE ROSA
Secretaria de Serviços Públicos
CHEFE DO GABINETE

CONCESSÃO DE TÍTULO DE PERPETUIDADE

QUADRA....: 717; JAZIGO 44; SETOR "C"; CEMITÉRIO C.DA ESPERANÇA-DF
OCUPANTE..: MARGARITA TEJEDOR CAMARA
REQUERENTE: LUCIA GOMEZ DE SOUZA

Brasília, 10 de março de 1985

JAYME DE ALBUQUERQUE ROSA
Secretaria de Serviços Públicos
CHEFE DO GABINETE

OBSERVAÇÃO: Republicar por ter saído com incorreção no DO-DF nº 44 de 06.03.85

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 189, DE 04 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR GERAL DO DETRAN-DF, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, alínea XXVI, do Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item VII do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, FERNANDO ANTONIO NERES FERRAZ, Assistente do Diretor Geral, matrícula 00.066-3, Código LT- DAI-112.3, Classe "S", Referência NM-32, do Quadro de Pessoal do DETRAN/DF, para substituir LUIZ GONZAGA QUIXADÁ, Chefe do Gabinete, matrícula 00.023-X, Código LT-DAS .101.3, por motivo de deslocamento do titular, da sede em objeto de serviço, no período de 04. a 06.03.85.

Brasília-DF, 04 de março de 1985

JUAREZ ARRUDA GOMES DE SÁ

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 197, DE 07 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN-DF), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, inciso XXVI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

DISPENSAR, o servidor MAXIMINIANO DOS SANTOS ROCHA, matr. nº 00.059-0, da função de SUPERVISOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO, Cód. LT-DAI.NM-111.3, a partir desta data.

JUAREZ ARRUDA GOMES DE SÁ

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 198, DE 07 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN-DF), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, inciso XXVI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

DISPENSAR, por ter sido designado para outra função, o servidor JOÃO ALCEBÍADES DE MOURA FÉ, matrícula nº 00.371-9, da função de Assistente da CIRETRAN I, Código LT-DAI-112.2, a partir desta data.

JUAREZ ARRUDA GOMES DE SÁ

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 199

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º, do Decreto nº 5.674, de 16 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

DESIGNAR JOÃO ALCEBÍADES DE MOURA FÉ, Agente Administrativo, matrícula 00-371-9, Código LT-SA 401-C, Referência NM-28, para exercer a função de Supervisor de Material e Patrimônio, Código LT-DAI, NM-111.3, da Gerência de Administração Geral — GAGE —.

Brasília, 08 de março de 1985

JUAREZ ARRUDA GOMES DE SÁ

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 205, DE 08 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN-DF), no uso das atribuições que lhe confere o artigo : 43, inciso XXVI do Regimento aprovado pelo Decreto 3535, de 29 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR ISA DE BARROS, MARLENE PEREIRA GOMES, LAIR PEREIRA GOMES, ARNALDO MAGALHÃES DOS SANTOS, FERNANDO CARLOS TEIXEIRA, VALDENOR ALVES FERREIRA, DURVAL BARBOSA RODRIGUES, ROBERTO CÉSAR A. DO NASCIMENTO, LUIZ BEZERRA DE ARAÚJO FILHO, JOSÉ RIBAMAR DE MELO, GERALDO VIEIRA, ARIOSVALDO DIAS DE LUCENA FILHO, IDA MIRIAM MARTINS RODRIGUES e MARLI SIQUEIRA TORRACA, para exercerem a função de Membros da Comissão Examinadora de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no período de 04, (quatro) meses, a partir de 01/03/85.

Brasília, 08 de março de 1985

JUAREZ ARRUDA GOMES DE SÁ

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 206, DE 08 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN-DF), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, inciso XXVI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR ANTONIO CARLOS BASTOS DA SILVA, para exercer a função de Membro da Comissão Examinadora de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no período de 02 (dois) meses, a partir de 01.03.85.

JUAREZ ARRUDA GOMES DE SÁ

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 207, DE 08 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN-DF), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, inciso XXVI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR ROBERTO RIBAS FILHO, para exercer a função de Membro da Comissão Examinadora de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no período de 03 (três) meses, a partir de 01/03/85.

JUAREZ ARRUDA GOMES DE SÁ

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 208, DE 08 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN-DF), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, inciso XXVI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

DISPENSAR, JORGE HENRIQUE DE LIMA LOBO, CARLOS GERALDO VALADARES CORREIA, RAIMUNDO ORLANDO PINTO COHEN e VERA MARIA RODRIGUES DA CUNHA, da função de Membros da Comissão Examinadora de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, a partir de 01 de março de 1985.

JUAREZ ARRUDA GOMES DE SÁ

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 209, DE 08 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN-DF), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, inciso XXVI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

RECONDUZIR, JURACY GOMES DE SÁ, EDUARDO FERREIRA DOS SANTOS, para exercerem a função de Membros da Comissão Examinadora de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, pelo período de 01 (hum) mês, a partir de 01.03.85.

JUAREZ ARRUDA GOMES DE SÁ

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 210, DE 08 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN-DF), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, inciso XXVI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

RECONDUZIR CLARICE DIAS DE OLIVEIRA, ANTONIO JOSÉ DA SILVA e NEUZA DAS NEVES SILVA, para exercerem a função de Membros da Comissão Examinadora de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, pelo período de 04 (quatro) meses, a partir de 01.03.85.

JUAREZ ARRUDA GOMES DE SÁ

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 211, DE 08 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN-DF), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, inciso XXVI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR JOSÉ ROSA DOS SANTOS e MARILDA DA SILVA, para exercerem a função de Secretários da Comissão Examinadora de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no período de 01 (hum) mês, a partir de 01/03/85.

JUAREZ ARRUDA GOMES DE SÁ

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 212, DE 08 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN-DF), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, inciso XXVI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR CALIXTO ANTONIO DA SILVA, ADÉLIA SOUZA DA SILVA e ZITA NEVES CINTRA, para exercerem a função de Secretários da Comissão Examinadora de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no período de 04 (quatro) meses, a partir de 01.03.85.

JUAREZ ARRUDA GOMES DE SÁ

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 213, DE 08 DE MARÇO DE 1985

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN-DF), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, inciso XXVI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

RECONDUZIR JOSÉ ADOLFO PIRES MACIEL, JOSÉ RIBEIRO DA SILVA, VERACI MARIA DE JESUS e VALMIR PAULO DO NASCIMENTO, para exercerem a função de Secretários da Comissão Examinadora de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no período de 04 (quatro) meses, a partir de 01/03/85.

JUAREZ ARRUDA GOMES DE SÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

PORTARIA Nº 60, DE 04 DE MARÇO DE 1985

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12 inciso III, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Processo nº 410/85,

RESOLVE:

Aposentar, de acordo com os arts. 176, inciso III e 178, inciso I, alínea "b", da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinada com os arts. 51 e 63 do Decreto-lei nº 274, de 28 de fevereiro de 1967, JOSÉ MARIA DA CONCEIÇÃO, no cargo de Agente de Portaria, Código TCDF-TP-1202, Classe Especial, Referência NM-25, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares, incluídas nos proventos a Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Apoio, nos termos do art. 3º do Decreto-lei nº 2.211 de 31 de dezembro de 1984, em combinação com o art. 1º do Decreto-lei nº 2.229, de 17 de janeiro de 1985, e a vantagem pessoal de que trata o art. 2º da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979.

Brasília-DF, 04 de março de 1985

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP
AVISO DE EDITAL Nº 02/85 – IMÓVEIS/CEILÂNDIA

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP, leva ao conhecimento dos interessados que colocará em Licitação Pública Pré-Qualificada lotes COMERCIAIS localizados no SETOR "P" DE CEILÂNDIA, destinados aos comerciantes instalados fora de zoneamento urbano daquele Núcleo Habitacional, obedecidas as condições do Edital nº 02/85-IMÓVEIS/CEILÂNDIA, afixado no Térreo do Edifício-Sede da TERRACAP, situado no SETOR DE ÁREAS ISOLADAS NORTE – SAI/N, Bloco "F" (próximo ao Anexo do Palácio do Buriti), onde poderão obter exemplares ou maiores informações.

As propostas deverão ser entregues entre 09:00 (nove) e 10:00 (dez) horas do DIA 27 DE MARÇO DE 1985, no Auditório do CENTRO DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO – CET, localizado à QNN-14, Setor "N" Norte da CS/TAGUATINGA/CEILÂNDIA, cuja abertura será realizada após o encerramento dos trabalhos relativos à primeira etapa (recebimento das propostas).

O depósito da CAUÇÃO poderá ser feito até o DIA 26 DE MARÇO DE 1985, na Agência Ceilândia do Banco Regional de Braslia S/A - BRB.

As PROPOSTAS DE COMPRA e COMPROVANTE DE RECOLHIMENTO DE CAUÇÃO poderão ser encontrados na Agência Ceilândia do Banco, acima mencionado, na Representação da TERRACAP, junto à Administração de Ceilândia e no Edifício-Sede da TERRACAP.

Brasília, 11 de março de 1985

ENI DE OLIVEIRA CASTRO
Diretor-Superintendente

ELEIÇÕES SINDICAIS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

SCS. ED. GOIÁS – SALAS 609/610 – Q. 02

Pelo presente Edital, faço saber que no dia 04 de julho de 1985, no período de 08:00 às 18:00 horas, na sede desta Entidade será realizada eleição para composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados-Representantes ao Conselho da Federação Nacional dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito, a que está filiada esta Entidade, bem como, de suplentes, ficando aberto o prazo de 20 (vinte) dias para o registro de chapas que correrá a contar da data da publicação do Aviso resumido deste Edital, nos termos do artigo 17 da Portaria nº 3.437, de 20 de dezembro de 1974. O requerimento acompanhado de todos os documentos exigidos para o registro, será dirigido ao Presidente da Entidade, podendo ser assinado por qualquer dos candidatos componentes da chapa. A secretaria da Entidade funcionará, no período de 09:00 às 17:00 horas, onde se encontrará a disposição dos interessados, pessoa habilitada para atendimento, prestação de informações concernentes ao processo eleitoral, recebimento de documentação e fornecimento do correspondente recibo. A impugnação de candidaturas deverá ser feita no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação da relação das chapas registradas. Caso não seja obtido QUORUM em primeira convocação, a eleição, em segunda convocação, será realizada no dia 19 de julho de 1985, e não conseguindo o QUORUM, na segunda convocação, a eleição em terceira convocação, será realizada no dia 02 de agosto de 1985. Em caso de empate entre chapas mais votadas, realizar-se-á nova eleição 15 (quinze) dias após. As eleições serão realizadas das 08:00 às 18:00 horas.

Brasília-DF. 08 de março de 1985.

ELIAS GONÇALVES DE FARIA
Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
SCS. ED. GOIÁS – SALAS 609/610 – Q.02
ELEIÇÕES SINDICAIS
AVISO

Será realizada eleição no dia 04 de julho de 1985, na sede desta entidade, para composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados-Representantes, devendo o registro de chapas ser apresentado à Secretaria, no horário de 09:00 às 17:00 horas, no período de 20 (vinte) dias a contar da publicação deste Aviso. Edital de Convocação da eleição encontra-se afixado na sede desta Entidade.

Brasília-DF, 08 de março de 1985.
ELIAS GONÇALVES DE FARIA
Presidente

(DAR-Cr$ 130.144-2)

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA – CAESB

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº CP-001/85-CAESB, PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E PEÇAS CERÂMICOS; TUBOS DE CONCRETO ARMADO E TUBOS DE RESINA VINIL-ÉSTER (ISIFITALICA/NGP), COM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NOS CÓDIGOS 12.212.132.011, 12.212.112.041 E DO PROJETO 1.10 – SISTEMAS COLETORES DAS CIDADES SATÉLITES E RECURSOS FINANCEIROS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DO FUNDEFE E DO CTE 054/83.

Chamamos a atenção dos interessados para a CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº CP-001/85-CAESB, em referência, que a COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB fará realizar no dia 26 de março de 1985, às 15 horas, na Sala de Licitações, no sexto andar do Edifício-sede da CAESB, à Quadra 04, bloco "A", nºs 67 a 97, SCS, em Brasília-DF.

Maiores informações poderão ser obtidas no endereço acima mencionado.

Brasília, 08 de março de 1985

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Presidente

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO – SAP
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA – SAB
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/85-SAB
AVISO

A SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A – SAB torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 22 de março de 1985, às 10:00 horas, na sala de Comissão de Licitação, localizada no subsolo do Ed. Da. Marta II, Setor Comercial Norte (SCN), quadra 02, bloco

"E", nº 50, TOMADA DE PREÇOS para fornecimento de BATERIAS TRACIONÁRIAS DE CHUMBO ÁCIDO, COM 12 (DOZE) ELEMENTOS, 24 (VINTE E QUATRO) VOLTS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE DO ANEXO ÚNICO DO EDITAL.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço citado ao preço de Cr$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) — despesa de reprodução.

Brasília, 06 de março de 1985

COLBERT GADIA
Presidente da CLS

(DAR - Cr$ 50.464)

SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA
EDITAL Nº 003/85-DRT

O DIRETOR DA DIVISÃO DA RECEITA DE TAGUATINGA, considerando o disposto no art. 246, III, da Lei nº 4.191, de 24/12/62, torna público a lavratura de TERMO ADITIVO-TA, que introduz alterações a AUTO DE INFRAÇÃO-AIA, conforme especificações abaixo:

Mantidos os demais termos do AIA, fica a autuada, na forma do art. 247, III, da Lei nº 4.191, de 24/12/62, CIENTIFICADA das alterações havidas e INTIMADA de que, a partir do 30º dia da publicação deste EDITAL, está reaberto o prazo de 20 dias para recolhimento do débito identificado acima e/ou no supra citado Auto de Infração, com os acréscimos legais, ou, querendo, apresentar defesa nos termos do art. 252, da citada Lei, sob pena de REVELIA.

TA	AIA	INSCRIÇÃO	RAZÃO SOCIAL	ALTERAÇÕES
030/84	-	07063098-4	COMERCIAL RTL COM. REP. TÉC. DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.	Retificar o seguinte: onde se lê: no valor Cr$925,527; 19.731;190.964 Leia-se:Cr$924.259; 18.463; 438.061
			X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X	

Taguatinga-DF, 04 de março de 1985

MANOEL RAIMUNDO NUNES
Diretor — DRT

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/85

Está aberta a inscrição para a realização de uma Tomada de Preços, referente à Prestação de Serviços na área de Radiologia em Geral, a realizar-se às 14:00 horas do dia 22 de março de 1985, no Quartel do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, no Setor de Áreas Isoladas Norte, Lote "D", nº 104, nesta Capital.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DUARTE — TCBM
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS — NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 022/85-CPL, PARA EXECUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS, DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, NA VIA 0-2, EM CEILÂNDIA — DISTRITO FEDERAL, NO VALOR DE APROXIMADAMENTE Cr$ 1.083.562.000 (UM BILHÃO, OITENTA E TRÊS MILHÕES, QUINHENTOS E SESSENTA E DOIS MIL CRUZEIROS), COM RECURSOS PROVENIENTES DO CONVÊNIO Nº 076/82 — EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA URBANA NO D.F., "PROGRAMA AGLURB", PUBLICADO EM 26.08.82, NO DO/DF.

Comunicamos às empresas inscritas no Registro Cadastral da NOVACAP, Grupo 3 — Subgrupo 3.2 — PAVIMENTAÇÃO — Categorias "A", "B", ou "C", que a licitação em epígrafe será realizada às 09:00 horas do dia 21 de março de 1985, na Sala de Licitações da CPL, localizada no 1º andar do Bloco "A", do Conjunto Sede da NOVACAP, situado no Setor de Áreas Públicas, Lote "B".

O Edital encontra-se à disposição das interessadas, no endereço supra, ao preço de Cr$ 351.988 (trezentos e cinquenta e um mil, novecentos e oitenta e oito cruzeiros), até o dia 19 de março de 1985.

Brasília, 08 de março de 1985

ANTONIO AUGUSTO ARAÚJO PIRES
Presidente da CPL
Respondendo

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
DE RECURSOS HUMANOS
RECONVOCAÇÃO DE CANDIDATO CONCURSADO
EDITAL Nº 063/85-IDR
2ª CONVOCAÇÃO

Fica reconvocado o candidato concursado, abaixo relacionado, para comparecer à sede do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos — IDR, Setor de Garagens Oficiais — Área Especial nº 01, munido dos documentos indicados no Edital Normativo do Concurso, das 08h 30min às 11h, no período de 12 a 14.03.85, para tratar de assunto de seu interesse.

O candidato que não comparecer ao IDR, no período estabelecido e/ou não aceitar o emprego será considerado desistente, procedendo-se a sua exclusão do Cadastro de Pessoal Concursado — CPC.

Nº DE ORDEM	NOME	CLASSIFICAÇÃO	CONCURSO
01	Karla Aranda Viana	3º	Odontólogo

Brasília, 07 de março de 1985.

WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA
Superintendente

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
DE RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO E INTERNO PARA A CATEGORIA
FUNCIONAL DE TÉCNICO DE CONTABILIDADE
EDITAL Nº 064/85-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — IDR, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto na legislação vigente e aplicável à espécie, faz saber que estarão abertas as inscrições ao Concurso Público e Interno para a Categoria Funcional de TÉCNICO DE CONTABILIDADE — Código LT-NM-816 — Classe "A", Referência NM-17, destinado ao provimento de empregos, através de Ascensão Funcional e Admissão no Quadro ou na Tabela de Pessoal do Distrito Federal e ao registro no Cadastro de Pessoal Concursado — CPC, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

1. DA CLIENTELA:

1.1 CANDIDATOS AO CONCURSO INTERNO:
(Art. 15 do Decreto nº 6.342/81)

1.1.1 Servidores da Administração Centralizada, ocupantes de cargos de provimento efetivo ou de empregos permanentes do Quadro ou da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, desde que tenham mais de um ano na Categoria Funcional a que pertencem e que não estejam localizados na primeira referência da classe inicial, ressalvado o disposto no parágrafo único, do artigo 5º, do Diploma legal em tela.

1.1.2 Ocupantes de Funções em Comissão (FC) da Administração Centralizada do Distrito Federal, que não sejam titulares de cargos efetivos ou de empregos permanentes.

1.2 CANDIDATOS AO CONCURSO PÚBLICO:
Servidores do Distrito Federal e demais pessoas interessadas.

2. DOS REQUISITOS PARA O CONCURSO:

Para participar do concurso, o candidato deverá satisfazer, até à data de encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

2.1 Ser brasileiro e ter idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima de 50 (cinquenta) anos.

2.1.1 Independerá do limite máximo de idade:
(Art. 11 e seu parágrafo único do Decreto-lei nº 1.831/81).

a) servidor da Administração Centralizada do Distrito Federal — candidato ao Concurso Interno, e

b) servidor da Administração Direta do Distrito Federal ou de suas Autarquias — candidatos ao Concurso Público.

2.2 Estar em dia com as obrigações militares e eleitorais.

2.3 Possuir diploma de conclusão de curso de Técnico de Contabilidade, devidamente registrado e registro no Conselho Regional de Contabilidade.

2.4 Recolher a Taxa de Inscrição, no valor de Cr$ 5.000 (cinco mil cruzeiros), em qualquer uma das agências do Banco Regional de Brasília S/A, em Brasília-DF, em favor do IDR, conta nº 800.391-6. Em hipótese nenhuma haverá restituição da Taxa de Inscrição.

2.4.1 Estão isentos do pagamento da Taxa de Inscrição os candidatos ao Concurso Interno.

3. DA INSCRIÇÃO:

PERÍODO: 25/03 a 29/03/85.
HORÁRIO: das 8h 30min às 11h 30min e das 14h 30min às 17h 30min.

LOCAL: IDR — Setor de Garagens Oficiais — Área Especial nº 01 — DF.

3.1 DAS EXIGÊNCIAS PARA INSCRIÇÃO:

3.1.1 Apresentar documento oficial de identidade.

3.1.2 Fornecer Declaração Funcional, expedida pelo Órgão competente, quando se tratar de candidatos ao Concurso Interno indicados no subitem 1.1 e, quando se tratar de candidatos ao Concurso Público, indicados na alínea "b" do subitem 2.1.1.

3.1.3 A declaração de que trata o subitem anterior deverá informar:

a) o cargo, o emprego ou a Função em Comissão que ocupa na Administração Centralizada do Distrito Federal, o tempo de serviço público (efetivo exercício) prestado ao Distrito Federal, o tempo de serviço público em geral e o número de filhos — quando candidato ao Concurso Interno, e

b) o cargo ou emprego que ocupa na Administração Direta do Distrito Federal ou em suas Autarquias — quando candidato ao Concurso Público.

3.1.4 Preencher e assinar Declaração fornecida pelo IDR, de que possui, até à data de inscrição ou de que possuirá até a data de encerramento das inscrições, a documentação comprobatória dos requisitos indicados nos subitens 2.2 e 2.3.

3.1.5 Os documentos comprobatórios das condições a que se refere o subitem anterior serão exigidos, dos candidatos aprovados e classificados, na seguinte forma:

— pelo Órgão competente, dos candidatos ao Concurso Interno, que forem convocados, na data de sua apresentação para formalização de sua ascensão ou admissão,

— pelo IDR dos candidatos ao Concurso Público, que forem convocados, na data de sua apresentação, para encaminhamento ao órgão ou entidade solicitante.

3.1.6 A não-apresentação dos documentos implicará insubsistência da inscrição, nulidade da aprovação e perda dos direitos delas decorrentes, sem prejuízo das sansões penais aplicáveis à falsidade da declaração (parágrafo 2º, artigo 2º Decreto Federal nº 86.364/81). Este mesmo procedimento será aplicado com relação a qualquer outra declaração falsa ou inexata, prestada ou firmada pelo candidato.

3.1.7 Fornecer o comprovante do pagamento da Taxa de Inscrição, a que se refere o subitem 2.4.

3.1.8 Preencher a assinar a Ficha de Inscrição.

3.2 Será admitida a inscrição através de procurador legalmente constituído, mediante instrumento público ou particular, neste caso com firma reconhecida, e desde que conste do respectivo documento a indicação do concurso a que se referir e a outorga de poderes gerais e especiais para efetuar a inscrição e para firmar, em nome do candidato, os documentos indicados neste Edital.

3.3 No ato da inscrição, o candidato receberá o programa da prova e o Cartão de Inscrição. Este Cartão conterá o carimbo do IDR e a assinatura do funcionário responsável pela inscrição, sendo sua apresentação, juntamente com um documento oficial de identidade, obrigatória, para o candidato ingressar no local de realização das provas e para tratar de seus interesses junto ao IDR.

3.4 O candidato ao Concurso Interno que queira também inscrever-se para o Concurso Público deverá pagar a Taxa de Inscrição e submeter-se às demais exigências estabelecidas para os candidatos a este Concurso, ressalvada apenas a exigência do limite de idade.

3.4.1 Ocorrendo a hipótese mencionada no subitem anterior, o candidato efetivará duas inscrições distintas.

3.5 A inscrição, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento e a tácita aceitação, por parte do candidato, de todas as condições estabelecidas neste Edital.

4. DA SELEÇÃO:

4.1 A Seleção constará de Prova Escrita, de Conhecimentos Específicos, de caráter eliminatório, valendo de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. Será considerado aprovado, o candidato que obtiver o mínimo de 60 (sessenta) pontos.

4.1.1 Essa prova será realizada no dia 27/04/85, às 14h 30min no IDR.

4.1.2 Os candidatos deverão comparecer ao local de realização da prova 30 (trinta) minutos antes do horário estabelecido para seu início, munidos de Cartão de Inscrição e de um documento oficial de identidade.

4.1.3 Não haverá segunda chamada para a prova em hipótese nenhuma, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, para justificar sua ausência.

4.1.4 Será anulada a resposta à questão da prova que apresente rasura, omissão ou duplicidade de resposta.

4.2 Após a correção da Prova Escrita, serão afixados no Quadro de Avisos do IDR, a lista dos candidatos aprovados, a prova e o respectivo gabarito, para conhecimento dos candidatos.

4.3 Durante o prazo de até dois dias úteis, após a divulgação do resultado, o candidato que não concordar com o mesmo poderá impetrar recurso, uma única vez, à Superintendente do IDR.

4.3.1 No recurso, sob pena de liminar indeferimento, o candidato não poderá assinar ou registrar o seu nome, devendo constar somente o número de sua inscrição e deverá fundamentar, de modo preciso sua posição frente às questões que desejar sejam revistas, protocolando o requerimento na Seção de Documentação e Comunicação Administrativa do IDR.

4.4 Não haverá qualquer outro recurso ou pedido de reconsideração da decisão adotada pela Banca Examinadora ou pela Superintendente do IDR.

5. DA CLASSIFICAÇÃO:

5.1 A classificação final dos candidatos aprovados, será feita em ordem decrescente do número de pontos obtidos na prova, e em duas listagens distintas, conforme clientelas indicadas nos subitens 1.1 e 1.2.

5.2 Ocorrendo empate, serão adotados os seguintes critérios de desempate:

Clientela a que se refere o subitem 1.1.

— ter maior tempo de serviço público no Distrito Federal;
— ter maior tempo de serviço público em geral;
— ter maior prole, e
— ser o mais idoso, sucessivamente.

Clientela a que se refere o subitem 1.2.

— ser casado, e
— ser o mais idoso, sucessivamente.

6. DO REGIME JURÍDICO E DA JORNADA DE TRABALHO:

6.1 Os candidatos que concorrerem à ascensão funcional que forem aprovados e classificados, serão ascendidos conservando o respectivo regime jurídico a que estejam vinculados (parágrafo 1º do artigo 2º do Decreto nº 6.342/81).

6.2 Os demais candidatos aprovados e classificados serão admitidos para o emprego, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, com a aplicação automática da Legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

6.3 A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais.

6.4 O salário mensal será Cr$ 337.225 (trezentos e trinta e sete mil e duzentos e vinte e cinco cruzeiros) acrescidos de 20% de gratificação de apoio administrativo.

6.4.1 Ficam ressalvados os possíveis casos de diferentes valores salariais, de conformidade com as Escalas de Retribuição Salarial, vigentes nas entidades em que venha a ocorrer a respectiva contratação de candidatos, registrados no Cadastro de Pessoal Concursado — CPC.

6.5 O servidor habilitado à admissão ou à ascensão funcional será localizado na primeira referência da classe inicial, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 8º do Decreto nº 6.342/81.

7. DAS ATRIBUIÇÕES DA CLASSE:

Atividade de nível médio, de natureza especializada, envolvendo a execução de tarefas relativas à contabilidade, escrituração e autorização de despesas.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1 O Concurso Interno terá o prazo de validade de dois anos, a contar da data da publicação do Resultado Final no Diário Oficial do Distrito Federal.

8.2 O Concurso Público terá o prazo de validade de um ano, podendo ser prorrogado, no interesse da administração, desde que não ultrapasse o total de quatro anos.

8.3 A convocação para formalização da Ascensão Funcional, nos termos do subitem 6.1, somente será levada a efeito, observado o que dispõem os artigos 9º e 16 do Decreto nº 6.342/81.

8.4 Os candidatos a serem convocados, para efeito de ascensão ou admissão, ficarão sujeitos, além das exigências contidas neste Edital, às normas e aos regulamentos em vigor, nos órgãos em que forem lotados.

8.5 O IDR, poderá realizar duas convocações para o encaminhamento dos candidatos aos órgãos ou entidades solicitantes. Na primeira convocação, o candidato que não comparecer ao IDR, no período estabelecido ou que expressar por escrito a não-aceitação do emprego, passará para o final da lista dos aprovados e classificados, devendo aguardar uma segunda convocação, se ocorrer, dentro do prazo de validade do concurso. Na segunda convocação, o candidato que não comparecer ou não aceitar o emprego será considerado desistente, procedendo-se à sua exclusão do Cadastro de Pessoal Concursado — CPC.

8.6 Não será fornecido ao candidato documento comprobatório de aprovação no concurso, valendo, para esse fim, o Edital de Resultado Final, devidamente homologado pelo Secretário de Administração do Distrito Federal, a ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

8.7 Será excluído da prova e, consequentemente, eliminado do Concurso, o candidato que for colhido em flagrante comunicação com qualquer outro candidato ou pessoas estranhas ao concurso por qualquer meio de comunicação, ou que se portar descortesmente com a Superintendente do IDR, Coordenador Geral da Seleção, supervisores, fiscais, auxiliares, ou com autoridades presentes, ou que estiver fazendo uso de material de consulta não permitido.

8.8 Todos e quaisquer avisos referentes a este Concurso serão publicados no Diário Oficial do Distrito Federal.

8.9 Os casos omissos, neste Edital, serão resolvidos pela Superintendente do IDR.

Brasília, 07 de março de 1985.

WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA
Superintendente

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
DE RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO PARA A CATEGORIA
FUNCIONAL DE ESTATÍSTICO

EDITAL Nº 065/85-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — IDR, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto na legislação vigente e aplicável à espécie, faz saber que estarão abertas as inscrições ao Concurso Público para a Categoria Funcional de ESTATÍSTICO, Código LT-NS-717, Classe "A", Referência NS-05, destinado ao provimento de empregos, através de Admissão na Tabela de Pessoal do Departamento de Trânsito do Distrito Federal — DETRAN e do Instituto de Saúde do Distrito Federal — ISDF e ao registro no Cadastro de Pessoal Concursado — CPC, de acordo com as normas expressamente estabelecidas neste Edital.

1. DOS REQUISITOS PARA O CONCURSO:

Para participar do Concurso, os candidatos deverão satisfazer, **até a data de encerramento das inscrições**, os seguintes requisitos:

1.1 Ser brasileiro e ter idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima de 50 (cinquenta) anos.

1.1.1 Independerá do limite máximo de idade, o candidato que já seja servidor da Administração Direta do Distrito Federal ou de suas Autarquias (artigo 11 e seu parágrafo único do Decreto-lei nº 1.831/80).

1.2 Estar em dia com as obrigações militares e eleitorais.

1.3 **Possuir Diploma do curso superior de Estatistico, devidamente registrado e registro no Conselho Regional de Estatistico.**

1.4 Recolher a Taxa de Inscrição no valor de Cr$ 8.000 (oito mil cruzeiros) em qualquer uma das Agências do Banco Regional de Brasília S/A, em Brasília-DF, em favor do IDR, conta nº 800.391-6. Em hipótese nenhuma haverá restituição da Taxa de Inscrição.

2. DA INSCRIÇÃO:

PERÍODO: 15 a 22/03/85 (dias úteis)
HORÁRIO: das 8h 30min às 11h 30min e das 14h 30min às 17h 30min.
LOCAL: IDR — Setor de Garagens Oficiais — Área Especial nº 01 — Brasília-DF.

2.1 DAS EXIGÊNCIAS PARA INSCRIÇÃO:

2.1.1 Apresentar documento oficial de identidade.

2.1.2 Fornecer Declaração Funcional, expedida pelo Órgão competente, quando se tratar de candidato com idade superior a 50 (cinquenta) anos, de que trata o subitem 1.1.1.

2.1.3 Preencher e assinar Declaração fornecida pelo IDR, de que possui, até a data da inscrição, ou de que possuirá até a data de encerramento das inscrições, a documentação comprobatória dos requisitos indicados nos subitens 1.2 e 1.3.

2.1.4 Os documentos comprobatórios das condições a que se refere o subitem anterior, serão exigidos, pelo IDR, dos candidatos aprovados e classificados, na data de sua apresentação, quando convocados para encaminhamento ao órgão ou entidade solicitante.

2.1.5 A não apresentação dos documentos implicará insubsistência da inscrição, nulidade da aprovação e perda dos direitos delas decorrentes, sem prejuízos das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração (parágrafo 2º, artigo 2º do Decreto Federal nº 86.364/81). Este mesmo procedimento será aplicado com relação a qualquer outra declaração falsa ou inexata, prestada ou firmada pelo candidato.

2.1.6 Fornecer o comprovante de pagamento da Taxa de Inscrição.

2.1.7 Preencher e assinar a Ficha de Inscrição.

2.2 Será admitida a inscrição através de procurador legalmente constituído, através de instrumento público ou particular, neste caso com firma reconhecida, e desde que conste do respectivo documento a indicação do concurso a que se referir e a outorga de poderes gerais e especiais, para efetivar a inscrição e para firmar, em nome do candidato, os documentos indicados neste Edital.

2.3 No ato da inscrição, o candidato receberá o programa da prova e o Cartão de Inscrição. Este Cartão conterá o carimbo do IDR e assinatura do funcionário responsável pela inscrição, sendo sua apresentação, juntamente com um documento oficial de identidade, obrigatória, para o candidato ingressar no local de realização da prova e para tratar de seus interesses junto ao IDR.

2.4 A inscrição, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, de todas as condições estabelecidas neste Edital.

3. DA SELEÇÃO:

3.1 A Seleção constará de Prova Escrita, Objetiva, de Conhecimentos Específicos, de caráter eliminatório, valendo de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. Será considerado aprovado, o candidato que obtiver o mínimo de 60 (sessenta) pontos.

3.2 A prova será realizada no dia 27.04.85, às 14h 30min, no IDR.

3.3 Os candidatos deverão comparecer ao local de realização da prova, 30 (trinta) minutos antes do horário estabelecido para seu início, munidos do Cartão de Inscrição e de um documento oficial de identidade.

3.4 Não haverá segunda chamada para a prova, em hipótese nenhuma, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, para justificar sua ausência.

3.5 Após a correção da prova, serão afixados no Quadro de Avisos do IDR, a lista dos candidatos aprovados, as provas e os respectivos gabaritos, para conhecimento dos candidatos.

3.6 Será anulada a resposta à questão da prova que apresente rasura, omissão ou duplicidade de resposta.

3.7 Durante o prazo de até dois dias úteis, após a divulgação do resultado, o candidato que não concordar com o mesmo poderá impetrar recurso, uma única vez, à Superintendente do IDR.

3.7.1 No recurso, sob pena de liminar indeferimento, o candidato não poderá assinar ou registrar seu nome, devendo constar somente o número de sua inscrição, e deverá fundamentar, de modo preciso, sua posição frente às questões que desejar sejam revistas, protocolando o requerimento na Seção de Documentação e Comunicação Administrativa do IDR.

4. DA CLASSIFICAÇÃO:

4.1 A classificação final dos candidatos aprovados, será feita em ordem decrescente do número de pontos obtidos na prova.

4.1.1 Ocorrendo empate, serão adotados os seguintes critérios de desempate:
— ser casado, e
— ser o mais idoso, sucessivamente.

5. DO REGIME JURÍDICO E DA JORNADA DE TRABALHO:

5.1 Todos os candidatos aprovados no concurso e que venham a ser convocados para assumir o emprego, somente serão admitidos sob o regime da CLT, com aplicação automática da Legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

5.2 A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais.

5.3 O salário mensal será de Cr$ 608.961 (seiscentos e oito mil, novecentos e sessenta e um cruzeiros), acrescidos de 20% (vinte por cento) de gratificação de nível superior.

5.3.1 Ficam ressalvados os possíveis casos de diferentes valores salariais, de conformidade com as Escalas de Retribuição Salarial, vigentes nas entidades em que venha a ocorrer a respectiva contratação de candidatos, registrados no Cadastro de Pessoal Concursado — CPC.

6. DAS ATRIBUIÇÕES DA CLASSE:

6.1 Atividades de execução qualificada, sob supervisão superior, de trabalhos relativos a levantamentos, análises e controles estatísticos, com vistas aos fenômenos relativos aos setores econômico, social, financeiro, agrícola, industrial e científico.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

7.1 O Concurso terá o prazo de validade de um ano, a contar da data de publicação do Resultado Final no Diário Oficial do Distrito Federal, podendo ser prorrogado, no interesse da Administração, desde que não ultrapasse o total de quatro anos.

7.2 O IDR poderá realizar duas convocações para encaminhamento dos candidatos aos órgãos e entidades solicitantes. Na primeira convocação, o candidato que não comparecer no IDR, no período estabelecido, ou que comparecer e expressar por escrito a não-aceitação do emprego, passará para o final da lista dos aprovados e classificados, devendo aguardar uma segunda convocação, se ocorrer, dentro do prazo de validade do Concurso. Na segunda convocação, o candidato que não comparecer ou não aceitar o emprego será considerado desistente, procedendo-se à sua exclusão do Cadastro de Pessoal Concursado — CPC.

7.3 Os candidatos a serem convocados para efeito de admissão, ficarão sujeitos, além das exigências contidas neste Edital, às normas e regulamentos em vigor nos órgãos solicitantes.

7.4 Não será fornecido ao candidato, documento comprobatório de aprovação no Concurso, valendo para esse fim, o Edital de Resultado Final, devidamente homologado pelo Secretário de Administração do Distrito Federal, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

7.5 Será excluído da prova e, consequentemente, eliminado do concurso, o candidato que for colhido em flagrante comunicação com qualquer outro candidato ou pessoas estranhas ao concurso, por qualquer meio de comunicação, ou que se portar descortesmente, com a Superintendente do IDR, o Coordenador Geral da Seleção, os supervisores, fiscais, auxiliares, ou com autoridades presentes, ou que estiver fazendo uso de material de consulta não permitido.

7.6 Todos e quaisquer avisos referentes a este concurso serão publicados no Diário Oficial do Distrito Federal.

7.7 Os casos omissos, neste Edital, serão resolvidos pela Superintendente do IDR.

Brasília, 07 de março de 1985.

WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA
Superintendente

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO PARA A CATEGORIA FUNCIONAL DE AGENTE DE POLÍCIA
EDITAL Nº 066/85-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — IDR, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no EDITAL nº 061/84 — IDR, publicado no DODF nº 078, de 24.04.84, e o constante das Sentenças proferidas pelo MM. Dr. Juiz de

Diretor da 2ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal nos autos dos Mandados de Segurança — Processos: 19.190 e 19.186/85 — impetrados, respectivamente, por ARTEMISA MARIA LIRA RIBEIRO e WALTER FRANCISCO DE MELO, torna público o seguinte:

Fica sem efeito a inclusão dos nomes de ARTEMISA MARIA LIRA RIBEIRO — inscrição: 16.406 e WALTER FRANCISCO DE MELO — inscrição: 14.531, no EDITAL nº 048/85-IDR, de 13 de fevereiro de 1985, de resultado final do Concurso Público para a Categoria Funcional de Agente de Polícia, HOMOLOGADO pelo Secretário de Administração em 13.02.85, publicado no DODF nº 038 de 26 de fevereiro de 1985, por terem sido denegadas as seguranças e cassadas as liminares anteriormente concedidas.

Brasília, 07 de março de 1985.

WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO E INTERNO PARA A CATEGORIA FUNCIONAL DE MÉDICO VETERINÁRIO
EDITAL Nº 067/85-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — IDR, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto na legislação vigente e aplicável à espécie, faz saber que estarão abertas as inscrições ao Concurso Público e Interno para a Categoria Funcional de MÉDICO VETERINÁRIO, Código LT-NS-706, — Classe "A", Referência NS-11, destinado ao provimento de empregos, através de Ascensão Funcional e de Admissão no Quadro ou na Tabela de Pessoal do Distrito Federal e ao registro no Cadastro de Pessoal Concursado — CPC, de acordo com as normas expressamente estabelecidas neste Edital.

1. DA CLIENTELA:

1.1 CANDIDATOS AO CONCURSO INTERNO:
(Art. 15 do Decreto nº 6.342/81)

1.1.1 Servidores da Administração Centralizada ocupantes de cargos de provimento efetivo ou de empregos permanentes do Quadro ou da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, desde que tenham mais de um ano na Categoria Funcional a que pertencem e que não estejam localizados na primeira referência da classe inicial, ressalvado o disposto no parágrafo único, do artigo 5º, do Diploma legal em tela.

1.1.2 Ocupantes de Funções em Comissão (FC) na Administração Centralizada do Distrito Federal, que não sejam titulares de cargos efetivos ou de empregos permanentes.

1.2 CANDIDATOS AO CONCURSO PÚBLICO:
Servidores do Distrito Federal e demais pessoas interessadas.

2. DOS REQUISITOS PARA O CONCURSO:

Para participar do Concurso, o candidato deverá satisfazer, até a data de **encerramento das inscrições**, os seguintes requisitos:

2.1 Ser brasileiro e ter idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima de 50 (cinquenta) anos.

2.1.1 Independerá do limite máximo de idade:
(Art. 11 e seu parágrafo único do Decreto-lei nº 1.831/81).
a) servidor da Administração Centralizada do Distrito Federal ou ocupante de Função em Comissão (FC) — candidato ao Concurso Interno, e
b) servidor da Administração Direta do Distrito Federal ou de suas Autarquias — candidato ao Concurso Público.

2.2 Estar em dia com as obrigações militares e eleitorais.
2.3 Possuir diploma de conclusão de Curso Superior de Médico Veterinário, devidamente registrado e Registro no Conselho Regional de Médico Veterinário.
2.4 Recolher a Taxa de Inscrição, no valor de Cr$ 10.000 (dez mil cruzeiros) em qualquer uma das Agências do Banco Regional de Brasília S/A, em Brasília-DF, em favor do IDR, conta nº 800.391-6. Em hipótese nenhuma haverá restituição da Taxa de Inscrição.
2.4.1 Estão isentos do pagamento da Taxa de Inscrição os candidatos ao Concurso Interno.

3. DA INSCRIÇÃO:

PERÍODO: 18/03 a 21/03/85.
HORÁRIO: das 8h 30 min às 11h 30min e das 14h 30min às 17h 30min.
LOCAL: IDR — Setor de Garagens Oficiais — Área Especial nº 01 — Brasília-DF.
3.1 DAS EXIGÊNCIAS PARA A INSCRIÇÃO:
3.1.1 Apresentar documento oficial de identidade.
3.1.2 Fornecer Declaração Funcional, expedida pelo órgão competente, quando se tratar de candidatos ao Concurso Interno, indicados no subitem 1.1 e, quando se tratar de candidatos ao Concurso Público, indicados na alínea "b" do subitem 2.1.1.
3.1.3 A declaração de que trata o subitem anterior deverá informar:
a) o cargo, o emprego ou a Função em Comissão que ocupa na Administração Centralizada do Distrito Federal, a data de admissão, o tempo de serviço público (efetivo exercício) prestado ao Distrito Federal, o número de filhos — quando candidato ao Concurso Interno, e
b) — o cargo ou emprego que ocupa na Administração Direta do Distrito Federal ou em suas Autarquias — quando candidato ao Concurso Público.
3.1.4 Preencher e assinar Declaração fornecida pelo IDR, de que possui, até a data de inscrição ou de que possuirá até a data de encerramento das inscrições, a documentação comprobatória dos requisitos indicados no subitem 2.2 e 2.3.
3.1.5 Os documentos comprobatórios das condições a que se refere o subitem anterior serão exigidos, dos candidatos aprovados e classificados, na seguinte forma:
— pelo Órgão competente, dos candidatos ao Concurso Interno, que forem convocados, na data de sua apresentação para formalização de sua ascensão ou admissão,
— pelo IDR, dos candidatos ao Concurso Público, que forem convocados, na data de sua apresentação, para encaminhamento ao órgão ou entidade solicitante.
3.1.6 A não apresentação dos documentos implicará insubsistência da inscrição, nulidade da aprovação e perda dos direitos delas decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração (parágrafo 2º, artigo 2º do Decreto Federal nº 86.364/81). Este mesmo procedimento será aplicado com relação a qualquer outra declaração falsa ou inexata, prestada ou firmada pelo candidato.
3.1.7 Fornecer o comprovante do pagamento da Taxa de Inscrição.
3.1.8 Preencher e assinar a Ficha de Inscrição.
3.2 Será admitida a inscrição através de procurador legalmente constituído, através de instrumento público ou particular, neste caso com firma reconhecida, e desde que conste do respectivo documento a indicação do concurso a que se referir e a outorga de poderes gerais e especiais para efetivar a inscrição e para firmar, em nome do candidato, os documentos indicados neste Edital.
3.3 No ato da inscrição, o candidato receberá o programa da prova e o Cartão de Inscrição. Este cartão conterá o carimbo do IDR e a assinatura do funcionário responsável pela inscrição, sendo sua apresentação, juntamente com um documento oficial de identidade, obrigatória para o candidato ingressar no local de realização da prova e para tratar de seus interesses junto ao IDR.
3.4 O candidato ao Concurso Interno que queira também inscrever-se para o Concurso Público deverá pagar a Taxa de Inscrição e submeter-se às demais exigências estabelecidas para os candidatos a este concurso, ficando ressalvada, apenas, a exigência do limite de idade.
3.4.1 Ocorrendo a hipótese mencionada no subitem anterior, o candidato efetivará duas inscrições distintas.
3.5 A inscrição, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento e a aceitação por parte do candidato, de todas as condições estabelecidas neste Edital.

4. DA SELEÇÃO:

4.1 A seleção constará de Prova Escrita, objetiva, de caráter eliminatório, versando sobre Conhecimentos Específicos, valendo de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. Será considerado aprovado o candidato que obtiver o mínimo de 60 (sessenta) pontos.
4.1.1 Essa prova será realizada no dia 30/03/85, às 14h 30min, no IDR.
4.1.2 Os candidatos deverão comparecer ao local de realização da prova 30 (trinta) minutos antes do horário estabelecido para seu início, munidos do Cartão de Inscrição e de um documento oficial de identidade.
4.1.3 Não haverá segunda chamada para a prova, em hipótese nenhuma, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, para justificar sua ausência.
4.1.4 Será anulada a resposta à questão da prova que apresente rasura, omissão ou duplicidade de resposta.
4.2 Após a correção da prova, serão afixados, no Quadro de Avisos do IDR, a lista dos candidatos aprovados, a prova e o respectivo gabarito, para conhecimento dos candidatos.
4.3 Durante o prazo de até dois dias úteis, após a divulgação dos resultados, o candidato, que não concordar com o mesmo, poderá impetrar recurso uma única vez, à Superintendente do IDR.
4.3.1 No recurso, sob pena de liminar indeferimento, o candidato não poderá assinar ou registrar seu nome, devendo constar somente o número de sua inscrição, e deverá fundamentar de modo preciso, sua posição frente às questões que desejar sejam revistas, protocolando o requerimento na Seção de Documentação e Comunicação Administrativa do IDR.
4.4 Não haverá qualquer outro recurso ou pedido de reconsideração da decisão adotada pela Banca Examinadora ou pela Superintendente do IDR.

5. DA CLASSIFICAÇÃO:

5.1 A classificação final dos candidatos aprovados, será feita em ordem decrescente do número de pontos obtidos na prova e em duas listagens distintas, conforme clientelas indicadas nos subitens 1.1 e 1.2.
5.2 Ocorrendo empate, serão adotados os seguintes critérios de desempate:
Clientela a que se refere o subitem 1.1
— ter maior tempo de serviço público no Distrito Federal;
— ter maior tempo de serviço público em geral;
— ter maior prole, e
— ser o mais idoso, sucessivamente.
Clientela a que se refere o subitem 1.2.
— ser casado, e
— ser o mais idoso, sucessivamente.

6. DO REGIME JURÍDICO E DA JORNADA DE TRABALHO:

6.1 Os candidatos concorrentes à Ascensão Funcional que forem aprovados e classificados, serão ascendidos conservando o respectivo regime jurídico a que estiverem vinculados (parágrafo 1º, do artigo 2º do Decreto nº 6.342/81).

6.2 Os candidatos concorrentes à admissão, que forem aprovados, somente serão admitidos sob regime da CLT, com a aplicação automática da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

6.3 A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

6.4 O salário mensal será de Cr$ 608.961 (seiscentos e oito mil, novecentos e sessenta e um cruzeiros), acrescidos de 20% (vinte por cento) de gratificação de nível superior.

6.5 O servidor habilitado à admissão ou à ascensão funcional será localizado na primeira referência da classe inicial, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 8º, do Decreto nº 6.342/81.

7. DAS ATRIBUIÇÕES DA CLASSE:

Atividades de execução qualificada sob supervisão superior, relativa à biologia e patologia animais, defesa sanitária e proteção da pecuária, bem como fiscalização da indústria e do comércio de produtos de origem animal.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1 O Concurso Interno terá o prazo de validade de dois anos, a contar da data da publicação do Resultado Final no Diário Oficial do Distrito Federal.

8.2 O Concurso Público terá o prazo de validade de um ano, podendo ser prorrogado, no interesse da administração, desde que não ultrapasse o total de quatro anos.

8.3 A convocação para formalização da Ascensão Funcional, nos termos do subitem 6.1, somente será levada a efeito, observado o que dispõem os artigos 9º e 16 do Decreto nº 6.342/81.

8.4 O IDR poderá realizar duas convocações para o encaminhamento dos candidatos aos órgãos e entidades solicitantes. Na primeira convocação, o candidato que não comparecer ao IDR, no período estabelecido, ou que comparecer e expressar por escrito a não aceitação do emprego, passará para o final da lista dos aprovados e classificados, devendo aguardar uma segunda convocação, se ocorrer, dentro do prazo de validade do concurso. Na segunda convocação, o candidato que não comparecer ou não aceitar o emprego será considerado desistente, procedendo-se à sua exclusão do Cadastro de Pessoal Concursado — CPC.

8.5 Os candidatos a serem convocados, para efeito de ascensão ou admissão, ficarão sujeitos, além das exigências contidas neste Edital, às normas e regulamentos em vigor, nos órgãos em que forem lotados.

8.6 Não será fornecido ao candidato documento comprobatório de aprovação no concurso, valendo, para esse fim, o Edital de Resultado Final, devidamente homologado pelo Secretário de Administração do Distrito Federal, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

8.7 Será excluído da prova e consequentemente, eliminado do concurso, o candidato que for colhido em flagrante comunicação com qualquer outro candidato ou pessoas estranhas ao concurso, por qualquer meio de comunicação, ou que se portar descortesmente com a Superintendente do IDR, o Coordenador Geral da Seleção, os supervisores, fiscais, auxiliares, ou com autoridades presentes, ou que estiver fazendo uso de material de consulta não permitido.

8.8 Todos e quaisquer avisos referentes a este concurso serão publicados no Diário Oficial do Distrito Federal.

8.9 Os casos omissos, neste Edital, serão resolvidos pela Superintendente do IDR.

Brasília, 07 de março de 1985.

WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

SENADO FEDERAL

CÓDIGO DE MENORES

(2ª edição)

Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.
Comparação com a legislação anterior.
Anotações (legislação; pareceres; comentários).
Histórico da Lei nº 6.697 (tramitação legislativa)
Informações

532 páginas

Preço: Cr$ 18.000

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Senado Federal - 22º andar) — Brasília, DF. CEP 70160.

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Atende-se também pelo reembolso postal.

Cuide de seu automóvel, de sua moto. Se você bater, o prejuízo é seu também. Se você for acidentado, é você quem sofre... Respeite a vida. Dirija com cuidado.



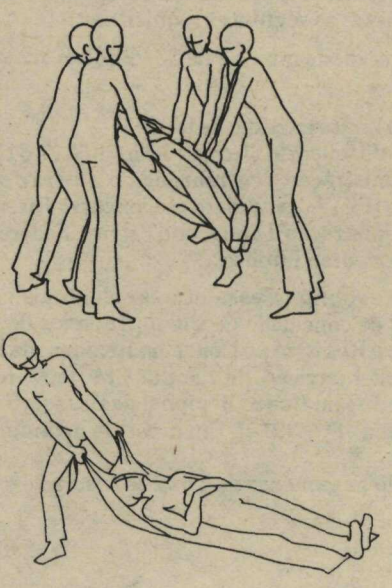
21 mil brasileiros morrem anualmente em acidentes de trânsito.

Esta estatística é crescente. Isto significa que, se não mudarmos nosso comportamento no trânsito, outras vinte e tantas mil pessoas morrerão de acidentes nos próximos doze meses. Entre essas vítimas poderão estar parentes seus ou até você mesmo. Por isso, todos nós, pedestres e motoristas, precisamos aprender a viver na cidade e a contribuir para que o trânsito seja melhor. Existem leis, códigos, normas, órgãos de trânsito. Mas se continua matando, se continua morrendo. É que nada disto adianta se cada um não se educar para o trânsito. Se não mudarmos nossa atitude frente a essa ameaça, as mortes vão continuar acontecendo. Os automóveis, as motos vão continuar se destruindo. No Brasil acontecem 300 mil acidentes de trânsito anuais, com vítimas. Os prejuízos, o luto, a tristeza vão continuar chegando. Você pode evitar que isso aconteça. Desperte para o tamanho do problema do trânsito. Eduque-se para diminuir o problema do trânsito. Comece hoje.

RESPEITO À VIDA.

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO.

Como conduzir uma vítima de acidente, usando um cobertor ou similar.



SEÇÃO DE MEDICINA, HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO
·223-0653·